



Observatório
de Movimentos Sociais
da América Latina

COMUNICA AMÉRICA LATINA

IV - janeiro - março/2021



Observatório de Movimentos Sociais da América Latina

Comunica América Latina IV - janeiro - março 2021

Rio de Janeiro – abril de 2021

Documento de apoio à pesquisa organizado por pesquisadores e pesquisadoras do NETSAL

ISSN: 2675-9381

Responsáveis editoriais: Clarissa Pains, Daniel Henrique Ferreira, Giovana Esther Zucatto, Hellen Oliveira, Jefferson Nascimento, Lara Sartorio Gonçalves, Maria Eduarda Tavares, Mariane Silva Reghim, Marília Closs, Meyre Valle Teixeira, Natasha Martín Lauletta, Paulo César Limongi, Pedro Borba, Raul Nunes, Simone da Silva Ribeiro Gomes, Vitória Gonzalez.

Revisão: Giovana Esther Zucatto, Lara Sartorio Gonçalves e Pedro Borba

Diagramação: Mariane Silva Reghim

Capa: Hellen Oliveira

Ilustrações: Matheus Ribs



Núcleo de Estudos de Teoria Social e América Latina - NETSAL
Coordenação Geral: Breno Bringel e José Maurício Domingues
Coordenação Executiva: Marília Closs

Site: netsal.iesp.uerj.br

Email para contato: netsal@iesp.uerj.br

Instituto de Estudos Sociais e Políticos – IESP-UERJ
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Rua da Matriz, n. 82, Botafogo, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Sumário

Apresentação	4
<i>Daniel Henrique da Mota Ferreira</i>	
<i>Raul Nunes</i>	
MONITORAMENTO DE PAÍSES	
Argentina: mobilizações sociais avançam em meio à pandemia	8
<i>Giovana Esther Zucatto</i>	
Entre wiphalas e bandeiras nacionais: as mobilizações sociais na Bolívia	10
<i>Marília Closs</i>	
O império do caos: o Brasil no início de 2021	12
<i>Mariane Silva Reghim</i>	
Primeiro como tragédia, depois como farsa: os percalços de Piñera face às ruas	14
<i>Lara Sartorio Gonçalves</i>	
Colômbia: discussões sobre violência e vacina	17
<i>Paulo César Limongi de Lima Filho</i>	
De oxigênio do mundo à asfixia nacional: solidariedade e resistência em Cuba	19
<i>Lara Sartorio Gonçalves</i>	
O primeiro trimestre em El Salvador: eleições, migração e violência política	21
<i>Simone da Silva Ribeiro Gomes</i>	
Das ruas às urnas: reações à crise do Estado equatoriano	23
<i>Daniel Henrique da Mota Ferreira</i>	
Entre a vacinação e o protagonismo das mulheres na Guatemala	26
<i>Natasha Martín Lauletta</i>	
Haiti: uma das crises políticas mais severas do país ofusca combate à pandemia	28
<i>Clarissa Pains</i>	
Novo ano, velhas questões: violência e resistência pulsam pelas veias mexicanas	30
<i>Vitória Gonzalez</i>	
Nicarágua na contramão do combate à pandemia e da democracia latino-americana	32
<i>Meyre Teixeira</i>	

Crise sanitária e negligência política: o Panamá no primeiro trimestre	35
<i>Hellen Oliveira</i>	
Paraguai: um terceiro “março paraguaio” em 2021?	37
<i>Pedro Borba</i>	
Pandemia, mineração e eleições: tensões políticas no Peru	39
<i>Raul Nunes</i>	
Sob o cerco do capital: a República Dominicana no primeiro trimestre	42
<i>Hellen Oliveira</i>	
Uruguai no primeiro trimestre: a chegada das vacinas e as mobilizações sociais	44
<i>Maria Eduarda Tavares</i>	
Venezuela: as medidas de isolamento não freiam a pressão das ruas	46
<i>Jefferson Nascimento</i>	



Apresentação

Daniel Henrique da Mota Ferreira¹

Raul Nunes²

No começo de 2020, um vírus desconhecido chegou à América Latina a bordo de um avião vindo da Europa e aterrissou num aeroporto de São Paulo. Ao longo do ano, nem quarentenas e nem remédios milagrosos conseguiram conter a devastação na região, que logo se tornaria o epicentro da pandemia da covid-19 no mundo e um cemitério a céu aberto, encurralado entre o Pacífico e o Atlântico. Os festejos de fim de ano trouxeram a esperança do fim do distanciamento social, mas o reencontro precipitado fez com que o ano de 2021 começasse com o gosto amargo da tragédia. É aqui que nos encontramos: entre uma interminável segunda onda (que mais parece um tsunami) e a marolinha da vacinação. Em muitos países, o esgotamento das capacidades estatais pode levar à incapacidade de decretar novas medidas restritivas, e parte da população sai às ruas em protesto contra as restrições em lugares como Argentina, Brasil, Nicarágua e Peru.

Até março deste ano, a América Latina representava cerca de 27% dos óbitos por covid-19 no mundo e apenas 7,2% da população vacinada. O consórcio Covax Facility, da Organização Mundial da Saúde, contribui significativamente para o abastecimento dos estoques latinoamericanos, sobretudo nesse primeiro momento. A imunização caminha em descompasso: o Chile é o país mais avançado na América, com doses aplicadas em 35% da população, à frente, portanto dos Estados Unidos (28,9%) e da maior parte da Europa (exceto a Inglaterra com 45%), de acordo com Nosso Mundo em Dados. No extremo oposto, o Haiti nem sequer iniciou sua campanha de vacinação. Argentina, Brasil, México e Chile concentram 90% das fórmulas compradas na região, além de serem alguns dos países com capacidade própria para produzir vacinas. Falta, porém, insumos na própria região, sendo México e Argentina especialmente afetados entre aqueles com capacidade produtiva. Para além das desigualdades regionais, na Argentina, no Equador e no Peru houve desrespeito à fila da vacinação, e queda dos respectivos ministros da Saúde após escrutínio da opinião pública. Em contraste com a lentidão da vacinação, o continente acelerou a contabilização de contágios e mortes. No fim do trimestre, a América Latina estava prestes a ultrapassar a marca de 800 mil mortes pela doença. A disseminação das variantes brasileiras do vírus pela região pode estar por trás da agudização da segunda onda, e o Brasil conta os dias para chegar a meio milhão de mortes pela covid-19.

Nesse cenário, as eleições em diversos países se converteram em uma janela de oportunidade para movimentos e iniciativas sociais intervirem nos rumos da política. No Equador, o movimento indígena propôs uma alternativa ao neoliberalismo e também ao neoextrativismo: converteu a força das ruas nas urnas, e o Pachakûtik, seu braço político, tornou-se a segunda maior bancada do Congresso. No Peru, a influência da Lava Jato, os sucessivos embates entre Executivo e Legislativo e a incapacidade do Estado em fornecer respostas à pandemia levou a uma enorme fragmentação da intenção de votos, sem nenhuma liderança destacada. No Chile, as eleições constituintes foram adiadas pelo agravamento da situação sanitária, enquanto em El Salvador a vitória do partido *Nuevas Ideas* na maioria das eleições municipais sedimentou o poder de Bukele, um ano após sua fracassada tentativa de autogolpe.

¹ Doutorando em Sociologia pelo IESP-UERJ. Membro do NETSAL e do NELUTAS. Email: danielhmf@iesp.uerj.br

² Doutorando e mestre em Sociologia pelo IESP-UERJ. Pesquisador do NETSAL. Bolsista Nota 10 FAPERJ. E-mail: raulnunes@iesp.uerj.br

No 8 de março, mulheres ocuparam as ruas da maior parte dos países latino-americanos. Em Cuba e no Peru, as mobilizações foram virtuais, no Brasil o modelo foi híbrido, e no Uruguai os movimentos convocaram uma atuação descentralizada para diminuir os riscos de contágio. De modo geral, os protestos abordaram efeitos diretos da pandemia, como o aumento da violência de gênero e o retrocesso laboral, que lançou 37,2% de mulheres na pobreza. Na Argentina, o tom foi de celebração após a aprovação do aborto legal no fim de 2020, ao passo que nos demais países a luta da onda verde segue ativa. No México, ruas e redes seguiram mobilizadas por coletivos e pautas feministas e, como na Venezuela, as manifestações acabaram em confronto, seguido de repressão e prisão de ativistas.

Embora o uso da violência para legitimar a autoridade não seja algo novo na América Latina, o uso da coerção estatal se intensifica na região na medida em que persistem as crises estruturais e crescem os sentimentos de insatisfação. O uso progressivo da força em caso de resistência voltou a ser foco do debate equatoriano após motim e massacre nos presídios, e a sociedade civil colombiana pressiona os três poderes para pôr freio à violência policial. Na Bolívia, no Chile, no México, no Peru e na Venezuela diversos movimentos também se organizam contra a repressão violenta e a criminalização dos protestos.

A coerção estatal se manifesta ainda no fechamento das fronteiras e na investida contra movimentos migratórios, principalmente na porção central da América. Esse trimestre começou com a primeira Caravana Migrante, saída de El Salvador, passou pela indefinição da situação dos migrantes na fronteira entre Colômbia e Panamá, seguiu com a iniciativa de construção de um muro para separar a República Dominicana do Haiti, e culminou com o massacre de migrantes guatemaltecos no México, cuja fronteira norte segue sendo a síntese dos problemas migratórios na região.

No âmbito dos Estados-nação, os conflitos extrativistas permanecem como uma marca das sociedades latino-americanas. O enfrentamento às mineradoras é ponto nevrálgico na Argentina, no México, no Peru e na República Dominicana. As demandas se alternam entre rechaço à atividade, por seu potencial contaminador e pela apropriação de territorialidades, e por investimento em retornos às populações locais. Nesse contexto, a água é uma preocupação constante, pois rios se tornam ameaçados com a exploração de recursos naturais, como os hidrocarbonetos na Bolívia, e a construção de grandes empreendimentos, como em El Salvador e no México. O 22 de março, dia internacional da água, foi especialmente marcado por discussões sobre preservação ambiental e modelos de desenvolvimento.

Em pelo menos sete dos países analisados (Brasil, Chile, Equador, Guatemala, Paraguai, Peru e Uruguai), subsistem iniciativas solidárias de cozinhas coletivas: as *ollas comunes* ou *ollas populares*. Estas cozinhas ou panelas comunitárias partem de doações de alimentos — em geral com baixo ou nenhum investimento do Estado — e produzem refeições de maneira colaborativa, seja a partir da organização de movimentos sociais ou da população local. Ações deste tipo se propagam também com os *trueques solidários* (trocas solidárias) e as vaquinhas para a compra de cilindros de oxigênio, máscaras de proteção facial e cestas básicas. A solidariedade é especialmente importante no momento em que muitas pessoas perderam seus empregos, deixaram de receber auxílios governamentais e têm de enfrentar movimentos inflacionários.

Deste cenário caótico, emerge o Comunica América Latina IV, que abrange o primeiro trimestre de 2021, nosso segundo ano em atuação. Nesta edição, contamos com o monitoramento das mobilizações sociais em 18 países: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Cuba, El Salvador, Equador, Guatemala, Haiti, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Uruguai e Venezuela. Além disso, contamos mais uma vez com as ilustrações de Matheus Ribbs, a

quem agradecemos imensamente por abrilhantar nosso trabalho. Desejamos uma ótima leitura e fazemos votos para que o próximo Comunica possa narrar um contexto sócio-político-sanitário mais favorável aos povos latino-americanos.

**MONITORAMENTO
DE
PAÍSES**

Argentina: mobilizações sociais avançam em meio à pandemia

Giovana Esther Zucatto¹

No primeiro trimestre de 2021, a situação da pandemia do novo coronavírus variou bastante na Argentina. Nas primeiras semanas de janeiro, com a tendência de alta dos casos devido à segunda onda da doença, chegando a um pico de mais de 13 mil casos no dia 14 de janeiro. O governo instituiu medidas mais duras, como toques de recolher, fechamento de fronteiras e outras formas de distanciamento social e os casos passaram a cair, mantendo essa tendência até o começo de março. Desde então, a Argentina vem passando por uma terceira onda da pandemia, com uma escalada no número de novos casos, acompanhada, ainda que não na mesma magnitude, por um aumento nos óbitos diários. Cabe citar que as variantes brasileiras já circulam no país, tendo sido detectadas pela primeira vez em 8 de fevereiro, na testagem de turistas que haviam retornado do Brasil recentemente; ao fim de março, o país registrava cerca de 2 milhões e 300 mil casos e mais de 55 mil mortes decorrentes da covid-19.

Ao mesmo tempo, a vacinação da população argentina tem avançado. No final de março, com mais de 3 milhões de doses aplicadas, ultrapassou o Brasil e se tornou o terceiro país da América do Sul com mais doses a cada 100 habitantes – atrás de Uruguai e Chile. Ainda assim, o ritmo de vacinação segue mais lento que o previsto pelo governo federal. E é justamente em torno do tema da vacinação que giraram as maiores mobilizações sociais no país nos primeiros meses de 2021. Em fevereiro, o escândalo da “vacinação VIP” causou protestos em diversas cidades da Argentina. A descoberta de que cerca de 70 pessoas foram vacinadas em um hospital ligado ao Ministério da Saúde, algumas das quais pulando a lista de vacinação preferencial, levou à renúncia do Ministro da pasta, Ginés González García.

Em repúdio, manifestações tomaram as redes sociais e as ruas do país, encabeçadas por figuras como o ex-presidente Maurício Macri e organizadas por grupos opositores ao presidente Alberto Fernández. O epicentro dos protestos se deu na capital Buenos Aires no sábado, 27 de fevereiro, e tinham como motes a reivindicação de vacinas para todos, o descrédito aos esforços de vacinação levados a cabo pelo governo federal, reivindicações mais gerais contra a corrupção e contra a vice-presidenta Cristina Kirchner. Além disso, segue como um tema sempre presente na direita argentina a oposição a medidas de isolamento social, utilizando amplamente da criação de *fake news* para atacar a quarentena e até mesmo a vacina, além de propagar tratamentos alternativos sem comprovação científica.

O 8 de março, uma data central no amplo calendário de mobilizações sociais na Argentina, foi marcado por marchas multitudinárias em todo o país em celebração ao Dia Internacional da Mulher. As organizadoras reforçaram a importância do uso de máscaras para evitar o contágio em um contexto de aumento dos casos no país, e, na capital, o tradicional palco não foi montado também para evitar maiores aglomerações. Ainda assim, uma multidão de mulheres marchou pelas Avenidas de Maio e 9 de Julho. Um dos motes do 8M foi “Greve Internacional Feminista Produtiva e Reprodutiva”, a partir dos quais as organizações feministas apresentaram sete pontos de reivindicação, passando por questões como salários justos e fim da desigualdade econômica de gênero, demanda por leis trabalhistas que garantissem os direitos da população trans, uma reforma judicial feminista e oposição à violência colonial e racista e o extrativismo *terrícola*. Por fim, a pauta do feminicídio e da violência

¹ Doutoranda em Sociologia pelo IESP-UERJ, com bolsa CNPq. Pesquisadora do Núcleo de Estudos de Teoria Social e América Latina (NETSAL) e do Observatório Político Sul-Americano (OPSA). Coordenadora do Observatório Feminista de Relações Internacionais (OFRI). E-mail: giovanazucatto@gmail.com

doméstica, problemas que se intensificaram no contexto da pandemia, e a plena aplicação da lei da descriminalização do aborto foram levantadas pelas manifestantes.

Em 22 de março, Dia Mundial da Água, organizações sociais, ambientalistas e indígenas se mobilizaram em todo o país, com destaque para a manifestação em Buenos Aires que marchou do Congresso até a Praça de Maio para demandar políticas ambientais, assim como para exigir que o Estado argentino adote medidas urgentes para mitigar a crise climática. Entre os principais slogans estavam a oposição à instalação de uma megamineradora na província de Chubut e o acordo com a China sobre exportação de carne suína. As questões socioambientais são matéria de mobilização social por diversos setores da sociedade civil historicamente na Argentina.

Povos originários e pequenas comunidades resistem há décadas – um caso emblemático é a municipalidade de Andalgalá, na província de Catamarca, onde todo sábado, há mais de 10 anos, a população protesta contra a mineração. No caso de Chubut, protestos levaram a *Universidad de la Patagonia San Juan Bosco* a demandar que a Assembleia Legislativa provincial retirasse o projeto que permitiriam a instalação de megamineradoras na região. Até o final de março, a questão seguia em aberto. Os projetos extrativistas são uma grande controvérsia para o governo de Fernández, que chegou a declarar que “sobre este tema quem deve decidir são os chubutenses” após ser recebido com pedradas em seu carro ao desembarcar na província no final de março.

Mesmo com o avanço da pandemia – ou a despeito dela, em alguns casos – os argentinos não deixam as ruas. Arena máxima de movimentos de todo o espectro político, a rua ficou vazia por pouquíssimo tempo durante a pandemia do novo coronavírus na Argentina. Essa tendência foi reforçada nos primeiros meses de 2021, em que mobilizações que vão desde oposição às medidas de isolamento social até demandas históricas como as feitas pelas organizações feministas e ambientalistas. Cabe observar se esse movimento se manterá durante o ano e, tão importante quanto, se o governo argentino será capaz de controlar a pandemia de forma satisfatória.

Entre wiphalas e bandeiras nacionais: as mobilizações sociais na Bolívia

Marília Closs¹

A pandemia na Bolívia ganhou novas preocupações em função da(s) variante(s) brasileiras do coronavírus. O país fechou, em março, suas fronteiras com o Brasil para evitar a ampliação da tragédia, uma vez que já tinha mais de 275 mil casos e 12 mil mortes em função da covid-19 no fim de março. Ainda que a vacinação esteja avançando - o governo de Luiz Arce, do Movimento ao Socialismo (MAS), já adquiriu uma quantidade suficiente de vacinas para imunizar toda a população do país, entre Sputnik, Sinopharm e Astrazeneca -, a situação segue dramática. A pandemia, no entanto, mais uma vez não foi elemento central nas mobilizações sociais da Bolívia. Ainda que, por exemplo, Juan Carlos Huarachi, secretário executivo da Central Obrera Boliviana (COB), tenha afirmado que a organização se opõe a um segundo *lockdown* em função do aumento da pobreza decorrente da medida ou que o país tenha enfrentado uma greve dos médicos em fevereiro, a maior parte das mobilizações organizadas no país entre janeiro e março de 2021 giraram ao redor de conflitos sócio-ambientais e de desdobramentos do golpe de 2019.

No dia 5 de janeiro, a Comissão Parlamentar Mista encarregada de investigar as violações aos direitos humanos nos episódios de outubro e novembro de 2019 concluiu que as forças de segurança do regime dispararam munição letal contra manifestantes desarmados nos episódios de Sacaba e Senkata e pediu a punição de Jeanine Áñez, então presidenta interina, Arturo Murillo, então ministro do interior, e Luis Fernando López, então ministro da defesa. No dia 18 de janeiro, a justiça boliviana anunciou que irá acusar criminalmente os membros das forças policiais e armadas que cortaram a wiphala fora de seus uniformes durante o período do golpe.

No dia 4 de fevereiro, o Comitê pró-Santa Cruz lançou uma nota condenando o que chamou de “perseguição política” por parte do governo do MAS. No dia 4 de março, um movimento de mulheres pediu que Ivan Arias, ministro de relações públicas de Áñez, fosse desqualificado de sua candidatura de prefeito a La Paz em função das duas acusações de assédio pelas quais tem respondido. No 8 de março, dia internacional de luta das mulheres, uma grande marcha na capital convocada pela *Alianza de Organizaciones Sociales de Mujeres por la Revolución Democrática y Cultural* e que contou com a participação de diversos movimentos feministas. As principais pautas da marcha foram a luta pelo fim a violência contra a mulher no campo e na cidade, pelo fim do feminicídio e a luta por justiça para as mulheres perseguidas, agredidas ou mortas durante o golpe de Estado. As mulheres do coletivo *Mujeres Creando* tomaram a Praça Murillo com uma intervenção com cartazes que denunciavam o machismo diário e institucional no país. Um cartaz que remete à Constituição foi colado com dizeres como: “Artigo 1: o Estado restitui a todas as mulheres do território nacional a soberania sobre seus próprios corpos”. Nas redes, chamou a atenção a mobilização ao redor da hashtag #HazloPorTodas.

No dia 12 de março, Jeanine Áñez foi presa em Trinidad, no departamento de Beni. Ela está sob prisão preventiva pelas acusações de sedição e terrorismo. Além de Áñez, a justiça boliviana também emitiu ordem de prisão aos ex-ministros transitórios Álvaro Coimbra, de Justiça, Álvaro Rodrigo Guzmán, de Energia, Yerko Nuñez, de Presidência, Arturo Murillo, de Governo e Interior, e Luiz Fernando López, de Defesa. Os últimos dois, no entanto, já haviam saído do país. Também foram emitidas ordens de prisão contra Williams Kaliman, então comandante das Forças Armadas que, em novembro de 2019, “sugeriu” a renúncia do ex-presidente Evo Morales, Yuri Calderón, ex-

¹ Doutoranda em Ciência Política pelo IESP-UERJ. Pesquisadora pelo NETSAL e pelo Observatório Político Sul-Americano (OPSA). Email: mariliacloss@gmail.com.

comandante das forças policiais, e de líderes de grupos paramilitares que participaram do golpe em 2019, como Yassir Molina, líder do grupo *Resistencia Juventud Cochala*.

No mesmo dia, o Comitê pró-Santa Cruz lançou nota afirmando, mais uma vez, que as prisões eram perseguição política. Enquanto alguns movimentos sociais, como a Federação de Juventudes de Yapacaní, no departamento de Santa Cruz, demandavam a prisão de outros nomes importantes para o golpe, como Luis Fernando Camacho, o Comitê Cívico de Santa Cruz realizou no dia 15 manifestação contra as prisões; em Cochabamba, outros movimentos foram às ruas para pedir, também, a soltura de Molina.

No dia 16, ocorreram diversas manifestações em apoio às prisões, com destaque para a convocatória por parte da *Federación Departamental Única de Mujeres Campesinas Indígenas Originarias de La Paz* - Bartolina Sisa de Cochabamba. A *Confederación Sindical Única de Trabajadores Campesinos de Bolivia* (CSUTCB) também convocou para atos e se colocou em estado de emergência contra o que chamou de nova tentativa de golpe. No mesmo dia, diversas manifestações contrárias às prisões também ocorreram. Nas cidades de La Paz, Cochabamba, Sucre e Santa Cruz, marchas bradaram contra o que chamaram de perseguição política. Nos discursos, pode-se observar menções de gratidão à Organização dos Estados Americanos (OEA), aos militares, e bandeiras da Bolívia, além de gritos de “não foi golpe, foi fraude”, em referência aos episódios de outubro e novembro de 2019. Destaca-se o papel do *Comité Nacional de Defensa de la Democracia* (Conade), que convocou o ato da capital, e dos Comitês Cívicos. No dia 22, segunda-feira seguinte, também foram realizados atos massificados nas principais cidades do país, convocados pelos dois lados da polarização. Destaca-se a convocatória feita pela CSUTCB.

O trimestre foi marcado, ainda, por amplos conflitos sócio-ambientais. A *Coordinadora Nacional de Defensa de los Territorios Indígenas Originarios Campesinos y Áreas Protegidas* (Contiocap) se colocou em estado de emergência pelos conflitos que estão ocorrendo em Tarija, no Chaco e nas terras guaranis. Em março, a YPFB anunciou que retomará seus investimentos em exploração hidrocarbonífera nas áreas de San Telmo, Churumas e Astilleros dentro da Reserva Nacional de Flora e Fauna de Tariquia. Comunidades locais e a Contiocap estão se manifestando contrariamente, com destaque para a consigna #FueraPetroleras. Além de Tariquía, se acentuou a defesa pelas áreas protegidas, localidades constitucionalmente protegidas; no entanto, de acordo com a Contiocap, as áreas estão sob risco de desaparecimento com o avanço da política extrativista de Arce. Por fim, depois da substituição do diretor do Parque Nacional do Território Indígena Isiboro Sécore (TIPNIS), a população local se colocou em alerta por entender se tratar de um novo avanço no projeto ecocida e etnocida por parte do governo. Cabe destacar que no dia 30 de março se constituiu o 5º Governo Autônomo Indígena Originário Campesino do Estado Plurinacional: o Kereimba Iyambae, com a posse dos seus 140 assembleístas.

No primeiro trimestre do ano, as mobilizações estiveram centradas na disputa sobre os episódios de outubro e novembro de 2019: se foi golpe ou fraude. Nas ruas, isto se materializou na disputa entre a wiphala e a bandeira tradicional na Bolívia. Junto com isto, as contradições do projeto do MAS, sobretudo seu caráter extrativista, também estiveram no centro do conflito social mais uma vez.

Vivemos sob o caos e as incertezas advindas da pandemia, das disputas em torno das medidas para contê-la, da ausência de um plano nacional que seja capaz de aglutinar as esferas nacional, estaduais e locais e de algumas dispersas doses de esperança com o início da vacinação. A covid-19 atingiu a marca de 200 mil mortes em janeiro e 300 mil em março no Brasil, com quebras de recordes de óbitos diários, que foram de 1.200 em 5 janeiro para 3.668 em 30 de março. A média móvel de mortes no fim do período foi de 2.728 por dia. A vacinação, ainda tímida e localizada, não tem conseguido alcançar a velocidade da destruição colocada pelo vírus. Enquanto isso, remédios sem eficácia garantida continuam sendo divulgados e distribuídos como possível cura.

O início do ano foi marcado pelo empossamento das/os eleitas/os nos pleitos municipais de outubro de 2020, pelos embates acerca das comemorações das festividades tradicionais de fim/início de ano novo e pelo colapso do sistema de saúde em Manaus e no Amazonas. O dia 17 de janeiro foi emblemático, pois ocorreu o primeiro dia de prova do Exame Nacional do Ensino Médio, o processo unificado para a inserção no ensino superior no país. Enquanto jovens enfrentavam seus medos e inseguranças para fazer a prova, ocorreu a reunião na qual foi permitido o uso emergencial das vacinas Astrazeneca e Coronavac no país. No mesmo dia, Mônica Calanzas, enfermeira em um hospital público de São Paulo, foi a primeira pessoa vacinada no Brasil. Ao contrário de outros países, cuja vacinação surtiu como efeito da iniciativa do governo federal, no Brasil, devido ao constante questionamento do resultado da vacina por parte do presidente Jair Bolsonaro (sem partido), a vacinação teve início a partir do orquestramento do governador de São Paulo, João Dória (PSDB). No entanto, cabe destacar que só ocorreu devido à capacidade e à eficiência de pesquisadoras/es brasileiras/os, que têm sofrido constantes ameaças, mas mesmo assim trabalharam para entregar a vacina à população. A campanha de publicidade, que envolveu o MC Fioti e versão adaptada de Vacina Butantan certamente foi um ponto alto da campanha de vacinação.

As ruas foram palco de mobilizações, que aconteceram a pé e motorizadas pelo Brasil. O clima de “flaXflu” permanece mobilizando a população. Por um lado, a torcida é em defesa da vacinação massiva, do auxílio emergencial e contra Bolsonaro, e, do outro, contra o *lockdown*, em defesa da economia e do presidente. A violência se acirra e se torna evidente com o ataque a três vereadoras trans eleitas em suas casas. Esse fato reforça a necessidade de medidas públicas que protejam essa população que tem sido alvo constante de violência letal.

Fevereiro inicia com a votação da nova diretoria da câmara dos deputados e do senado, tendo vencido Arthur Lira (PP-AL) para a primeira e Rodrigo Pacheco (DEM-MG) para a segunda, ambos apoiadores das políticas do governo de Bolsonaro. O resultado emplacou o 170º presidente na câmara, cargo que nunca na história do país foi ocupado por uma mulher, assim como a presidência do senado.

O carnaval, esperado ansiosamente por foliãs e foliões durante todo o ano para que possam extravasar com suas fantasias por quatro dias, foi festejado com blocos online. Apesar da iniciativa principalmente dos poderes executivos locais, foram registradas aglomerações no litoral do país e a saída de blocos clandestinos, que no Rio de Janeiro, se tornaram o principal foco da guarda municipal.

Além disso, o mês foi marcado por acontecimentos de resistência. Em São Paulo, o padre Júlio Lancelotti pessoalmente quebrou com uma marreta pedras que haviam sido instaladas embaixo de viadutos a fim de evitar que a população em situação de rua não pudesse se proteger das

¹ Doutoranda em Sociologia pelo IESP-UERJ. Integra o NETSAL e a CESP. E-mail: marianesreghim@gmail.com.

intempéries do clima. No plano institucional, foi votado o projeto de lei que visa a autonomia do Banco Central mesmo com forte oposição e o novo decreto que regula a compra e pertencimento de armas no país.

Mais uma vez as ruas foram tomadas por mobilizações. O Movimento Negro, composto por pelo menos 200 entidades e organizado em mais de 30 cidades, saiu em defesa da vacina e do auxílio emergencial para a população negra, que é a mais afetada pela crise advinda da maneira com que o governo tem lidado com a pandemia. Nos dias seguintes, a tônica foi o impeachment do presidente, mas sempre pautando a defesa da vacina e do auxílio emergencial. Alguns dias depois, houve a manifestação de entregadores de aplicativos no Rio Grande do Sul; eles denunciavam a baixa remuneração e o aumento das tarifas.

Março, para os movimentos sociais, é reconhecidamente o mês de luta das mulheres. O 8 de março que costuma ser uma data que consegue mobilizar o país inteiro, levando milhares de mulheres para as ruas, esse ano teve que se adaptar e buscar outras maneiras de mobilização. Apesar de muitos coletivos priorizarem as mobilizações online, manifestantes também foram às ruas, buscando não aglomerar, fazendo o uso de máscara, em defesa das pautas que nos tocam. Mas, este ano, um outro ator protagonizou o 8 de março: com a anulação dos processos contra Lula, o ex-presidente voltou a ser elegível para as próximas eleições.

Vista como uma vitória para a esquerda de maneira geral, que há anos denuncia o caráter explicitamente político e persecutório da prisão de Lula, a notícia foi muito bem recebida por uma parte da população e causou revolta em outra. Dois dias depois, Lula fez uma fala de quase três horas, transmitida pelo Youtube, que foi visualizada quase 1 milhão de vezes. A volta do ex-líder sindical para a cena política embaralha as cartas do jogo e traz consigo muitas incertezas e também esperança quanto ao pleito presidencial do próximo ano. Semanas depois da decisão do Ministro Fachin, a Segunda Turma do STF vota pela suspeição de Moro, na qual fica decidida a parcialidade de Sérgio Moro no processo contra Lula. O processo, no entanto, permanece aberto.

Com o clima de crise instaurado desde o ano passado, o aumento contínuo nos preços dos alimentos e do custo de vida, surge a campanha Bolsocaro, presente tanto nas redes sociais quanto nos muros das cidades. Ainda no clima das manifestações, o mês levou à praia de Copacabana manifestantes de verde e amarelo contra o lockdown, e houve carreata em defesa do presidente em Brasília. Também houve atos virtuais no dia contra a discriminação racial e protestos em São Paulo pelo auxílio emergencial. Especial destaque para as ações que ocorreram dia 14 de março, data que marca os três anos do assassinato de Marielle e Anderson.

Para finalizar o mês, tivemos a dança das cadeiras ministeriais, com a mudança de pelo menos seis lugares centrais, incluindo o Ministério da Saúde, que agora é encabeçado por Marcelo Queiroga, o 4º a assumir o cargo desde o início da pandemia. O Ministério das Relações Exteriores também passou por mudanças com a troca de Ernesto Araújo por Carlos Alberto Franco França.

O impacto da pandemia, que já tem se mostrado perverso para a população carcerária e para a população que vive na favela, ainda vai nos mostrar muitos efeitos nefastos. Enquanto voltamos para o Mapa da Fome, os movimentos sociais fazem o que está ao seu alcance. O MST, no período, realizou mutirão de colheita e distribuiu alimentos para a população necessitada, principalmente no sul do país. Em São Paulo o MTST inaugurou a primeira cozinha solidária da cidade, que faz parte da Campanha de Solidariedade do MTST. O dia da água foi marcado por eventos e discussões online sobre a importância da preservação e da defesa desse bem tão necessário para a vida.

Primeiro como tragédia, depois como farsa: os percalços de Piñera face às ruas

Lara Sartorio Gonçalves¹

O ano novo chileno foi de esperança com o anúncio da compra de vacinas e de um plano de vacinação em larga escala. Esperança especialmente para o presidente Piñera, que logrou aumentar sua popularidade — uma das mais baixas do mundo, com apenas 6% de aprovação — e para o povo chileno, incluindo migrantes, que foi contemplado com o programa de imunização mais ágil da região. No dia 2 de fevereiro, o Chile iniciou a vacinação em massa. Até o dia 28 de março, mais da metade da população já havia sido vacinada com pelo menos uma dose, o que tornou o Chile um destaque mundial, superando inclusive Israel na quantidade diária de vacinas aplicadas.

Contudo, um novo aumento no número de óbitos e contágios em decorrência da covid-19 acomete o país. A despeito da vacinação em larga escala, os chilenos foram severamente atingidos pelo avanço da segunda onda da pandemia e se encontram em alerta de colapso. Na última semana de março, 97% da população estava em total confinamento. O sistema de saúde foi saturado, restando apenas 4% dos leitos de UTI disponíveis, além dos necrotérios superlotados. Como resultado, a rejeição a Piñera voltou a crescer. Segundo a OMS, a situação no Chile demonstra que a vacinação não substitui a prevenção, o que, no caso do Chile, se expressa pelo afrouxamento abrupto das medidas restritivas, com a retomada das atividades e do turismo internacional, e ausência de garantias mínimas para que as pessoas permaneçam em casa. As autoridades registraram 38 vítimas por dia entre 17 e 23 de dezembro de 2020, semana anterior ao início da imunização. O número chegou a 103 na semana encerrada em 30 de março. Significa dizer que a média de mortes quase triplicou no período. Em termos de contágio, o Chile vive o pior momento da pandemia, contabilizando cerca de 8 mil casos diários. Deve-se ressaltar, nesse sentido, a postura triunfalista do presidente Piñera, que guiou um processo de vacinação em que foram destacados apenas os aspectos positivos da campanha, sem orientação quanto aos riscos que continuam a existir. Os efeitos da vacinação, contudo, expressam-se na alteração do perfil de idade dos internados na UTI, sendo os jovens e adultos a maioria dos casos.

O primeiro trimestre de 2021, ao que se nota, não deixou de ser agitado nas estruturas de poder, precisamente porque as ruas não deram trégua e seguiram inflamadas pelo povo chileno. Com o agravamento da pandemia, a esperada eleição para a Constituinte foi adiada pelo presidente no dia 29 de março e deverá ser aprovada no Congresso. No dia 11 de janeiro, a eleição para a Constituinte já tinha mais de 3500 candidatos, que demonstraram, contudo, grande fragmentação da esquerda e expressiva unidade da direita. Cabe ressaltar que metade dos membros da Constituinte será composta por mulheres, como resultado da contínua luta feminista no país. Com efeito, algumas temáticas já receberam maior atenção, como os direitos reprodutivos da mulher. Em especial após o episódio em que dezenas de mulheres engravidaram depois de tomarem contraceptivos distribuídos pelo sistema público de saúde, em 2020. Manifestações apoiadas pela aprovação na Argentina conseguiram levar ao Congresso o início do debate sobre a legalização do aborto, que havia sido retirado de pauta em 2018 por decisão do atual presidente Piñera. O que, por um lado, demonstra o avanço das reivindicações feministas, por outro expõe a crescente fragilidade do presidente.

No dia 7 de janeiro, em uma operação com 821 oficiais da Polícia de Investigações (PDI) e Carabineros (polícia militar chilena), a comunidade Temucucui (província de Araucanía) foi alvo de ataques. Homens, mulheres e crianças foram feridos, animais foram mortos e moradias, violadas. O

¹ Doutoranda e mestre em Sociologia no IESP-UERJ e pesquisadora do NETSAL. E-mail: larasartorio@hotmail.com

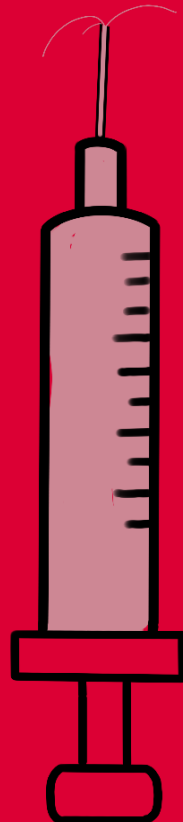
ocorrido se deu sob o pretexto de “combate às drogas”, no mesmo dia em que os líderes da comunidade aguardavam a condenação dos policiais envolvidos no assassinato de Camilo Catrillanca, jovem mapuche, em 2018. Imagens da filha de Catrillanca, de apenas 7 anos de idade, tombada no chão por oficiais do governo neste dia simbólico multiplicaram-se em repúdio à ação do Estado. Em nota, a comunidade denunciou o caráter fraudulento da operação e a ligação do Estado chileno com o latifúndio. Na semana seguinte, um agricultor e um policial foram assassinados, expressando o conflito por direito à terra na região.

A violência do Estado chileno contra o povo mapuche é sistêmica. Tornou-se uma das principais bandeiras da revolta de outubro de 2019 e dos protestos que persistem desde então. As tentativas de silenciamento dessa luta são também contínuas, como mostra o caso da equipe de reportagem que foi baleada após realizar uma sequência de entrevistas com o povo mapuche sobre os ataques sofridos por estes. Contudo, a violência estatal no Chile não se limita aos mapuche e representa uma das pautas de maior importância para as mobilizações, que reivindicam a reforma radical e imediata da polícia. No dia 5 de fevereiro, em Panguipulli, o artista de rua Francisco Martínez foi cruelmente assassinado a tiros por um policial em pleno centro turístico, ao se negar a ser submetido a um controle de identidade. Os disparos foram registrados em um vídeo que rapidamente viralizou. A indignação foi acompanhada da irrupção de protestos pelas ruas de todo o país em repúdio à truculência da polícia. A repressão carabineira contra os manifestantes foi confrontada com o ateamento de fogo nos edifícios públicos da cidade do ocorrido, incluindo a prefeitura. As manifestações e comoção geral pelo país denunciaram que a violência policial não é um caso isolado e exigiram a reestruturação da polícia, que ainda é herança da ditadura de Pinochet.

Com a continuidade dos protestos, no dia 19 de fevereiro, os confrontos e a violência repressiva foram agravadas. Os policiais agrediram, atropelaram e atiraram com munições "não-letais" contra manifestantes em Santiago. Nesse dia, as manifestações exigiam liberdade dos presos políticos das jornadas de luta de 2019 e do período da pandemia de covid-19.

Um retrato impressionante do Chile pôde ser observado nas mobilizações massivas do 8 de março, Dia Internacional da Mulher. Centenas de mulheres marcharam pelas ruas chilenas contrapondo-se à ostensividade policial presente. Foram registrados confrontos e detenções em diversas localidades. Dentre as pautas organizadas para esse dia, destacam-se a legalização do aborto, a denúncia do feminicídio e das mulheres em privação de liberdade, dentre as quais 90% são mães e 66% respondem por delitos relacionados à pobreza e à necessidade de sustentar economicamente seus filhos. No 8M também foram reportadas centenas de ações que terminaram em tumulto, resultando em 84 prisões. Dentre elas, a tentativa de derrubada do simbólico monumento do General Manuel Baquedano por ativistas, o que se justifica por ocupar a principal praça de manifestações, a Praça Itália, e por ele ter liderado o assassinato de milhares de mapuche, em 1869. No episódio da violação da estátua do general, um grupo de militares aposentados prestou homenagem a quem consideram, junto a Piñera, "herói nacional", enquanto manifestantes protestavam contrários. Houve um conflito que terminou com a detenção de dezenas de manifestantes críticos à história que esse tipo de monumento conta sobre o Chile.

Por fim, a fome segue sendo um tema central da situação alarmante no país, agravada pela pandemia da covid-19. Segundo o Latinobarômetro, 11% dos chilenos não têm comida suficiente. Uma iniciativa de importância fundamental é a da solidariedade comunitária das ollas comunes, que fornecem alimentação diária aos mais vulneráveis e atendem a parcela significativa da população como única possibilidade de fazer refeições diárias. As cozinhas coletivas, com tradição no Chile, também são espaços fundamentais de troca política, conforme relatado nos Comunicas anteriores.



Colômbia: discussões sobre violência e vacina

Paulo César Limongi de Lima Filho¹

No tocante ao coronavírus, segundo levantamento da John Hopkins University, são 2.352.510 casos confirmados no país até metade do mês de abril, com uma média de mais de 5 mil infecções por dia. Janeiro simbolizou o mês com maior número de infectados, chegando a uma média de 17 mil casos diários e, em um dia excepcional, 15 de janeiro, chegou a mais de 20 mil casos. Embora tenha um elevado número de recuperados, cerca de 2.244.522, o país ainda amarga uma cifra superior a 64 mil mortes até o fim de março. Contudo, nos meses de fevereiro e março, as médias maiores giraram em torno de 192 mortes diárias contra 380 em janeiro. Mesmo após uma queda nos meses de fevereiro e março, o governo voltou a propor medidas de contenção do vírus. Durante a semana santa, a administração de Ivan Duque propôs que fossem fechados templos religiosos e que não houvesse cultos, de qualquer tipo, em locais com pouca ventilação. Outras medidas foram restringir o número de viagens, impor o uso de máscaras e conter aglomerações.

Malgrado a nova situação do coronavírus no país, a Colômbia foi o primeiro país da América a receber as doses do consórcio Covax² em janeiro, somando um total de 117 mil doses da vacina (Pfizer/BioNtech). Contudo, a campanha de vacinação teve seu início apenas no mês de fevereiro. Nesta fase inicial, a vacinação atende a pessoas maiores de 80 anos e agentes de saúde e, até o final do mês de fevereiro, foram vacinadas mais de 130 mil pessoas. Apesar de receber as doses, o governo não promoveu campanhas explicando aos povos originários como o processo de imunização funciona; para além disso, ele também não atuou junto a lideranças advindas das comunidades indígenas para fornecimento de indivíduos especializados que pudessem aplicar a vacina nestes locais.

Segundo o Conselho Regional de Indígenas de Cauca (CRIC), várias autoridades de indígenas preferiram não se vacinar. A justificativa gira em torno do baixo nível de infectados nas comunidades e do número baixo de mortos. Ainda segundo o CRIC, em muitos casos, as associações privilegiaram tratamentos provenientes da sua própria medicina como recurso para minimização dos impactos da covid-19. De todo modo, os dirigentes do departamento de defesa dos direitos humanos do CRIC alertam para um possível aumento das infecções locais e culpam a administração de Ivan Duque por se manter indiferente a tal situação ao não promover um tratamento adequado aos povos indígenas.

No que tange o Escuadrón Móvil Antidisturbios (ESMAD) e a constante violação dos direitos humanos por parte das forças repressoras de protestos no país, a Suprema Corte revogou um julgamento de tutela para averiguar e diminuir o uso de força por parte das agentes do Estado. O pedido foi impetrado após a morte de Javier Ordonéz, durante os protestos de 2020, que ficaram conhecidos como 9S. A justificativa para tal ato gira em torno de uma decisão da Suprema Corte de Bogotá (SCB). Em um primeiro julgamento, a SCB ordenou uma diminuição do uso da força por parte das autoridades durante as manifestações. Assim, a Suprema Corte entendeu que já havia um pedido de tutela e que as forças policiais já estavam cumprindo boa parte das medidas propostas. A corte ainda investiga outros 7 casos de assassinatos por forças repressoras durante as manifestações e já suspendeu 7 policiais de suas atividades. Por fim, uma outra justificativa usada pelos juristas

¹ É mestre e doutorando em sociologia pelo PPGS, IESP-UERJ. Membro do NETSAL, endereço eletrônico: paulocdelima@iesp.uerj.br

² O Covax ou Covax-facility foi fundado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em aliança com a Aliança das Vacinas (GAVI) e a Coalizão para Inovação em Preparação para Epidemias (CEPI). O objetivo desse consórcio é garantir acesso dos países emergentes à vacina contra a covid-19, impedindo parcialmente que países mais ricos consigam acumulá-las. Para mais informação, acesse: <https://www.who.int/initiatives/act-accelerator/covax>.

foram as medidas contrárias à aglomeração em protestos. A ESMAD atuaria no cumprimento de tais deliberações.

Embora a Suprema Corte tenha compreendido que a ESMAD esteja cumprindo protocolos policiais de diminuição do uso da força, um jovem chamado Gareth Steven Stella Forero, de 24 anos, perdeu seu olho esquerdo durante uma manifestação recente (25 de fevereiro de 2021). Em seu twitter, o jovem postou um vídeo afirmando que estava no protesto justamente para combater a violência policial. Apesar dos protestos sobre a ESMAD possuírem um caráter espontâneo, o twitter foi usado como uma ferramenta de mobilização. A partir da hashtag #ColombiaSinEsmad, movimentos como Ciudad en Movimiento (CM) e o Expression contra el abuso policial (ACAB) produziram convocações com intuito de ocupar as cidades e denunciar cenas de abuso policial flagradas.

A forte repressão contra os manifestantes parece endêmica na Colômbia e já foi motivo de litígio entre governo e oposição e entre o governo e forças judiciais como a própria SCB. Embora este cenário não pareça se modificar ao longo do tempo, mesmo em um contexto de pandemia, há alguns avanços no que se refere à punição de agentes policiais. Em 25 de janeiro, um agente da ESMAD, Nestor Rúa foi condenado pela morte de Nicolás Neira, de apenas 15 anos, durante um protesto em 2005. No texto da condenação, foi afirmado que o policial não estava agindo conforme os protocolos e fez uso de armas de fogo.

Apesar da força policial ser vista por uma perspectiva crítica por parte da população, alguns membros do congresso vêem no uso deste instrumento uma possibilidade de salvaguardar a segurança de uma parte da população. Assim, o Ministro da Defesa foi chamado ao Senado para dar esclarecimentos sobre o uso da força policial. A atitude foi tomada depois do aumento da violência em departamentos como o de Arauca. Segundo a estratégia encabeçada por esses representantes do Senado, aumentar o contingente de policiais nessas localidades deve evitar escalada da violência (tática que se mostrou equivocada em outros episódios com ESMAD, por exemplo).

Ainda na seara de combate aos grupos violentos, o governo anunciou que está disposto a negociar com o Exército de Libertação da Colômbia (ELN), desde que a organização abandone suas atividades ligadas ao narcotráfico. Essa medida ocorreu depois que os Estados Unidos pediram a deportação de um dos membros do ELN, José Gabriel, por uma suposta conexão dele com o narcotráfico. Não se conseguiu encontrar um posicionamento sobre as extradições; porém, em um vídeo gravado no ano de 2020, o representante do ELN, Antonio García, diz que o continente vive uma guerra pela soberania nacional que foi supostamente furtada pelo imperialismo na região. Em contraposição a narrativa do governo, o ELN prevê que as medidas econômicas e políticas de Ivan Duque estão causando a pobreza no país.

No que se refere ao 8 de março, na Colômbia, há uma forma de pensar o dia tal como o luto. Isso, pois, o número de feminicídio no país está em ascensão, passando de 13 em janeiro para 41 em fevereiro. Ao somarmos as mulheres trans, esse número sobe para 72 mulheres assassinadas nos dois primeiros meses do ano. Apesar do luto por essas mortes, em Medellín, grupos como a Red Feminista Antimilitarista provocaram manifestações. O movimento apelida esta onda de protestos de Primavera Feminista, em que diversos grupos e coletivos, como o Batucada Guaricha, somam força para protestar contra a violência às mulheres.

De oxigênio do mundo à asfixia nacional: solidariedade e resistência em Cuba

Lara Sartorio Gonçalves¹

Até 31 de março, Cuba registrou um total de 425 mortes em decorrência da covid-19 e 76 mil e 276 pacientes com a doença, com uma taxa de 94% de recuperação, a maior das Américas. Apesar da situação econômica bastante agravada, Cuba surpreende o mundo: é o menor país desenvolvendo não apenas uma, mas múltiplas vacinas para o coronavírus. A ilha possui cinco vacinas em desenvolvimento, estando duas delas, Soberana 2 e Abdala, na última fase de triagem para aprovação.

A expectativa é de que, até maio, o plano de imunização para a totalidade da população esteja em curso. Esse é um momento de importância central para a vacina cubana, tendo em vista que o admirável controle da pandemia de covid-19 em 2020 deu lugar a um ano que iniciou com aumento expressivo do contágio da doença. Irã e Venezuela são os países que já negociaram a compra da vacina cubana. A ideia é que essas vacinas sejam de custo baixo e de fácil armazenamento para climas de altas temperaturas. O objetivo de uma vacina assim é que atenda aos países mais pobres da América Latina, estando previstas doações para aqueles em maior vulnerabilidade, como forma de estreitar laços de solidariedade e cooperação. É de se destacar que Cuba desenvolveu — e já está fazendo uso — um medicamento de aplicação nasal, Nasalferón, que impede que o vírus SARS-COV-2 se replique e fortalece o sistema imunológico, evitando sintomas graves em caso de infecção pelo novo coronavírus. Os turistas com destino à ilha também estão recebendo o tratamento.

O governo cubano está implementando uma profunda reforma econômica no país, oficializada em 1 de janeiro, em decorrência da crise econômica enfrentada. O fechamento das fronteiras ao longo de 2020 subtraiu da economia sua principal atividade, o turismo. Somado à intensificação do embargo econômico promovido pelos Estados Unidos contra Cuba, a situação na ilha se agravou. Diante desse cenário, a reforma inclui a redução dos subsídios de alimentos, a eliminação da dupla moeda e a ampliação significativa do setor privado. Os setores de educação e saúde serão mantidos pelo controle estatal e com acesso universal gratuito, mas será demandada maior carga de trabalho dos trabalhadores em geral, que agora estarão "por conta própria" no mercado. A iniciativa privada passou de uma lista de serviços com permissão para uma lista de proibições, caracterizando a radical inversão da dinâmica econômica. As alterações significam uma reconfiguração do que fundamenta o "socialismo cubano".

Como resultado, um mês depois da reforma, o impacto social já foi enorme e doloroso para a população cubana, que teve também que lidar com aumento expressivo dos casos de coronavírus. Com vistas a desafogar a economia, houve a reabertura dos aeroportos para as festas de fim de ano e o efeito foi visto em janeiro, como o mês mais mortífero desde o início da pandemia de covid-19. Simultaneamente, a população viveu umentos exorbitantes do preço de alimentos essenciais antes assegurados com subsídio do Estado. Outras medidas recentes que o governo tomou em busca de amenizar os impactos foram acordo de cooperação energética com a Rússia e o acordo que os ministérios da Agricultura de Cuba e da Venezuela assinaram, em 9 de março, para promover o desenvolvimento bilateral na produção de alimentos a partir da cooperação nas áreas de pecuária, piscicultura, obtenção de cereais, leguminosas, tubérculos e plantio de proteínas e forrageiras. Muita esperança tem sido depositada na cooperação internacional e no sucesso das vacinas candidatas para

¹ Doutoranda e mestre em Sociologia pelo IESP-UERJ e pesquisadora do NETSAL. E-mail: larasartorio@hotmail.com

que o resultado da reforma econômica não seja uma repetição trágica do *período especial*, dos anos 1990.

Não há espera fácil quando existe fome. A crise econômica bastante agravada no país fez com que alguns recordassem os difíceis anos de escassez após o fim da ex-URSS. Dissidentes indignaram-se com a atual situação, responsabilizando o governo cubano, e organizaram um clipe com participação de numerosos artistas cubanos, chamado "*Pátria y Vida*", que canta sobre a escassez de alimentos e a proibição de saída do país. A popularidade relativamente alta da música entre cubanos sugere que há um crescente compartilhamento do sentimento de revolta. O grupo também se soma aos artistas do protesto de San Isidro do ano passado, relatado no Comunica 3, que terminou com a detenção de alguns integrantes sob a justificativa de quebra das restrições de quarentena. A rede formada a partir de então, chamada Movimento 27N, segue reivindicando liberdade de expressão e novas manifestações incorreram em repressão policial.

O Dia Internacional das Mulheres, 8 de março, foi impulsionado nas redes digitais através de denúncias, reivindicações, debates e inauguração de plataformas de discussão e oficinas voltadas para a visibilidade da diversidade de mulheres e feminismos em Cuba. Também como um decreto presidencial foi definida para a agenda de gênero com meta até 2030 o Programa Nacional para el Adelanto de las Mujeres (PAM), que visa fiscalizar para que postos de liderança, a igualdade salarial e de oportunidades em todas as áreas de trabalho sejam garantidas para as mulheres cubanas. Nesse contexto, foi lançada a campanha Soy Todas, que é uma iniciativa que visibiliza experiências femininas inovadoras em Cuba no setor da soberania alimentar e biotecnologia, como, por exemplo, o protagonismo das mulheres no enfrentamento da pandemia de Covid-19 e no desenvolvimento das vacinas.

No dia 20 de março, a transfobia foi colocada no centro do debate público em Cuba. Uma estudante de medicina trans foi abordada por policiais e questionada sobre seu modo de vestir. Foi levada a uma unidade de polícia e multada por uso inadequado do equipamento de segurança individual determinada para a contenção da covid-19, quando isso nada teve a ver com a abordagem e não correspondia à realidade. O policial que a abordou foi sancionado com três meses de afastamento do cargo e multa. Com a proximidade do dia 31 de março, dia Internacional da Visibilidade Trans, o meio digital foi tomado pela disseminação das garantias constitucionais de respeito à identidade de gênero, bem como apresentou como resposta cursos intensivos de direitos humanos para pessoas trans. Também foram retomados os núcleos solidários de acolhimento psicológico a pessoas LGBTQI+ em todas as províncias cubanas.

O agitado primeiro trimestre em Cuba sugere mudanças importantes no cenário do país, seja na expectativa esperançosa do sucesso biotecnológico cubano com as vacinas candidatas, que poderão ser solução sanitária e econômica não apenas para o país mas para outros países latino americanos. Seja nas respostas políticas que o país vem dando, por meio da reforma, para administrar a situação calamitosa de sua economia em decorrência do agravamento do bloqueio econômico estadunidense e dos problemas de ser o turismo a principal garantia econômica de um país em contexto de pandemia. Os efeitos das decisões mais recentes nesta seara serão um caminho irreversível para o estabelecimento da iniciativa privada no país e, logo, transformadoras da realidade cubana.

O primeiro trimestre em El Salvador: eleições, migração e violência política

Simone da Silva Ribeiro Gomes¹

Com 288 novos casos no início de janeiro, El Salvador possui cerca de 64 mil registros de covid-19 no país até o final de março. Apesar do anúncio da compra de nove milhões de vacinas, em 17 de fevereiro se noticia a chegada de apenas as primeiras 20 mil doses da AstraZeneca, data em que as primeiras vacinas são aplicadas nos profissionais de saúde. Até o final de março, o país contava com cerca de 21 mil vacinados.

El Salvador assiste a invasão do Capitólio nos EUA no dia 6 de janeiro com atenção, e há um debate sobre o intervencionismo da auto-intitulada maior democracia do mundo na América Central deflagrado a partir do episódio. O autoritarismo, que não necessariamente termina com o mandato de Donald Trump, também pode ser observado no decreto presidencial, de Nayib Bukele, em 16 de janeiro, instaurando o Dia das Vítimas do Conflito Armado. A iniciativa presidencial é recebida com preocupação pela sociedade civil, por substituir o que ele afirma ser "comemorar quem ordenou suas mortes", por "comemorar o que deve ser comemorado", uma alusão às tentativas recentes de minar os esforços da justiça restaurativa no país. O conflito armado que teve fim em 1992, se deu após um processo extenuante, culminando nos Acordos de Paz, assinados em Chapultepec, no México. A pós-verdade parece ser um componente das afirmativas de Bukele, ao insinuar que o acordo teria sido uma farsa e um pacto entre corruptos. É desencadeado um movimento nas redes que inclui a hashtag #ProhibidoOlvidarSV, para lembrar um dos maiores traumas coletivos do país, assim como é lançada uma carta de intelectuais que pede seriedade, além de justiça e restauração, ao debate.

Em San Salvador, há um protesto do sindicato dos trabalhadores municipais da capital (ASTRAM), que pede a regularização do atraso de seus salários, que já soma dez meses, além da reincorporação de trabalhadores despedidos por participar em manifestações.

A migração em direção aos EUA persiste um tema presente no debate público, com a saída da primeira Caravana Migrante do ano, com mais de quatro mil salvadorenhos, hondurenhos e guatemaltecos. Estes foram desmobilizados ainda em Chiquimula, na Guatemala, com forte repressão estatal, denunciada mundialmente, em fotografias que demonstravam o conflito. A essa questão, soma-se outra categoria migrante na região, passados os furacões Eta e Iota no final de 2020, os migrantes climáticos, cada vez mais numerosos, em busca de sobrevivência. A crise migratória interpela o recém-empossado presidente dos EUA, Joe Biden, dada a violência da desmobilização ocorrida em Chiquimula, na qual os migrantes ficaram *presos* no meio do caminho. Alguns ativistas iniciaram um crowdfunding para auxiliar os centroamericanos em Tapachula, na fronteira sul do México com a Guatemala.

No dia 31 de janeiro, um episódio de violência política direcionada aos militantes da Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN), em sua sede, resultou em dois mortos e cinco feridos e chocou o país, e o mundo. A reação de Bukele, da mesma forma, foi impactante, ao insinuar que se tratava de uma farsa empreendida pelos próprios membros do partido. Além de organizações de direitos humanos, Oscar Ortíz, secretário geral do partido, que faz oposição ao *Nuevas Ideas*, de Bukele, expressou sua preocupação com o ataque e com a democracia no país, enquanto grupos da sociedade civil repudiaram as insinuações do presidente.

O dia 9 de fevereiro, por sua vez, foi o infame aniversário da tentativa de autogolpe de Bukele, e foi marcado por manifestações pela apuração do ocorrido em 2020, uma ferida aberta em um país

¹ Professora do departamento de Sociologia e Política da Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Doutora em Sociologia pelo IESP-UERJ e pesquisadora associada do NETSAL. E-mail: simone.gomes@ufpel.edu.br

cujo fim da guerra civil ainda não completou três décadas. Às vésperas das eleições legislativas de 28 de fevereiro, Bukele aumentou as insinuações autoritárias, acusando jornalistas de serem incômodos e desdenhando a cobertura do episódio, em um país em que se registrou um aumento de 90% de agressões aos jornalistas em relação ao ano anterior. O presidente também eleva a animosidade quando rebate as críticas sobre possíveis fraudes eleitorais nas eleições, que tiveram um comparecimento de 51% dos eleitores e 23 mulheres eleitas das 84 cadeiras da Assembleia Legislativa. O partido recém criado *Nuevas Ideas*, de Bukele, venceu a disputa em 152 prefeituras, do total de 262 no país.

A diversidade sexual também ganhou força no debate público, sobretudo com o lançamento de um portal de notícias produzido por minorias sexuais, chamado Centroamérica diversa. Paralelamente, as feministas seguem em suas manifestações de repúdio à prisão de uma salvadorenha por aborto em 2008, sentenciada a trinta anos de prisão, em um dos países com as leis antiaborto mais draconianas do mundo, com penas que atingem cinquenta anos de regime fechado. Diversas manifestações ocorreram no país, com cartazes que lembravam o caso de Manuela, mas também o de ao menos 25 salvadorenhas presas por tais procedimentos, culminando no pedido de denúncia do país à Corte Interamericana de Direitos Humanos (CDH). Ademais, uma mobilização em frente à Corte Suprema de Justiça demandava que se respeitasse a inserção do nome social em documentos públicos, para salvaguardar os direitos da população transexual no bojo de uma lei contra a discriminação.

No mês de março, a crise hídrica experimentada em El Salvador foi objeto de distintas mobilizações. No dia internacional da água, 22 de março, ocorreram manifestações que demandam uma Lei Geral de Águas, assegurando a administração exclusiva do Estado. O coletivo socioambiental *Mesa de Cambio Climático* chama a atenção para a privatização da água em certas regiões do país, aliados a outros movimentos, sobretudo contra a mineração. Outros ativistas, dos coletivos *La Fundación*, *Foro del Agua* e *Salvemos “Valle El Ángel”* denunciam a construção do projeto *Ciudad Valle El Ángel* na capital do país. As ativistas do *Mujeres del Foro del Agua* também pedem que se inclua o acesso à água na próxima Reforma Constitucional, dado que elas são as mais afetadas pela ausência de água potável, e, em outro momento, denunciam o desabastecimento de água na comunidade *La Mora* em *Suchitoto*. No final do mês, moradores da região de San Martín fecharam a estrada Panamericana para demandar a resolução da falta de água potável na região.

A crise migratória na América Central segue sendo uma pauta central, sobretudo nos países do triângulo do Norte, El Salvador, Honduras e Guatemala. Março é encerrado com o triste episódio do assassinato de Victoria Esperanza Salazar, de 38 anos, em Tulum, no sul do México, pelas forças policiais do país, em um enforcamento filmado. As reações despertadas foram negativas em todo o mundo, inclusive dos presidentes André Manuel López Obrador, no México, e do conterrâneo Bukele. O detalhe mórbido é que a salvadorenha estava há três anos no país, com um visto humanitário, tendo fugido da violência das gangues em El Salvador. Logo em seguida, sua mãe pede a Joe Biden que conceda refúgio permanente para suas duas netas nos EUA.

Das ruas às urnas: reações à crise do Estado equatoriano

Daniel Henrique da Mota Ferreira¹

Ao final de março, a situação da covid-19 havia se agravado no Equador. O país ultrapassou as 11.900 mortes oficiais e, somando aos casos prováveis, chegava a 16.800 óbitos. O número, porém, pode ser bem maior, devido à carência de dados sobre a covid-19 no país. Também foi registrado em março um recorde no número de hospitalizados, com diversos hospitais operando com lotação máxima nas UTIs. Apesar da situação preocupante, o governo de Moreno acredita que mais um fechamento total do comércio seria um desastre social para o país.

Os resultados do trimestre são um banho de água fria para o país, que havia se tornado o sexto da América Latina a receber as vacinas, ainda em janeiro, com a chegada de 86 mil doses da Pfizer. O governo havia previsto duzentos milhões de dólares para a compra de 18 milhões de doses das vacinas Pfizer, Astrazeneca e Moderna. Mas já em janeiro a situação do Ministro da Saúde Juan Carlos Zevallo não era favorável, após o escândalo envolvendo a distribuição de doses da vacina em uma casa de repouso geriátrica onde viviam os seus pais e fora do protocolo de imunização. Com sucessivos escândalos, o impacto da segunda onda no Equador e as dificuldades em implementar o plano de vacinação, o ministro foi afastado no final de fevereiro, assumindo Mauro Falconi, o quarto Ministro da Saúde desde que se instalou a crise.

Na narrativa do governo, a causa dessa segunda onda pode ser encontrada na maior circulação de pessoas na rua devido, por um lado, ao feriado do carnaval e a festas clandestinas; por outro, às eleições presidenciais de 07 de fevereiro com seus desdobramentos. A disputa eleitoral foi o cerne da política equatoriana no primeiro trimestre do ano.

Como um espectro a rondar a política equatoriana, as marcas do levante de outubro de 2019 se fizeram presentes na disputa eleitoral. O candidato Yaku Pérez do partido Pachakutik — braço político do movimento indígena equatoriano — ficou com a segunda posição por grande parte da contagem de votos, mas perdeu-a ao final por uma diferença de décimos de percentuais (19,38% contra 19,74%). Apesar da derrota para Lasso, em termos políticos, o PK saiu vitorioso: além da projeção nacional de seu líder, se tornou a segunda maior bancada da Assembleia Nacional, com possivelmente 27 cadeiras. Em termos de bancada, ficou atrás apenas da *Unión por la Esperanza* (UNES), sigla do presidenciável Arauz, candidato ligado ao ex-presidente Rafael Correa, a qual obteve 45 assentos. Com este feito, teve o maior desempenho da sua história, algo que é creditado ao impacto político do Levante de outubro de 2019.

Tão pequena era a diferença que Pérez exigiu a recontagem das urnas e assumiu que esgotaria todas as instâncias para ver seu direito garantido. Yaku e Lasso tentaram chegar a um acordo sem sucesso sobre o número de urnas e estados para a recontagem. Yaku queria a recontagem total em Guayas e mais a contagem de 50% das urnas em 16 províncias. A decisão coube ao Conselho Nacional Eleitoral, que foi o responsável por não respaldar o acordo.

O movimento indígena passou a pressionar o órgão. Ao final de fevereiro, houve uma grande marcha, liderada por Yaku Pérez e com a participação do PK e da Unidade Popular (UP). Também ocorreu uma paralisação progressiva dos povos originários, convocada pela Confederação de Pueblos de la Nacionalidad Kichwa del Ecuador (Ecuadorunari) — a confederação indígena mais forte. A Confederação Nacional de Indígenas do Equador (CONAIE), principal órgão de decisão indígena, veio a reboque desse chamado. Isso ocorre, porque a própria passa por um novo processo de re-eleição

¹ Doutorando em Sociologia pelo IESP-UERJ. Membro do NETSAL e do NELUTAS. Email: danielhmf@iesp.uerj.br

e sua liderança atual, Jaime Vargas, tem diferenças marcadas com Yaku Pérez, visto como um candidato muito conciliador e mais afastado dos protestos de 2019.

A pressão no CNE não logrou o que se queria. Assim, o movimento entrou com recurso no Tribunal Contencioso Eleitoral (TCE) e teve seu pedido negado em 14 de março. Dos mais de 22 mil registros eleitorais que o pedido demandava recontar, apenas 37 foram contemplados, nos quais 680 votos foram recuperados. Para o movimento, havia indícios de que a recontagem poderia devolver o movimento para o segundo turno. Neste cenário, em 10 de março, a CONAIE e o PK declarou que não apoiará nenhum dos candidatos e se declarou a favor do “voto nulo ideológico”. Yaku disse que os eleitores estavam livres para fazer com que a consciência deles achassem melhor.

Sem Yaku, Lasso passa a ter a maior aliança de partidos. Contando com o *Izquierda Democrática*, — o quarto mais votado nas eleições — dos 14 partidos que competiram no primeiro turno, sete declararam voto em Lasso. Alianza PAIS, ex-partido de Corrêa e atual do presidente Lenín Moreno, declarou que não votará em Lasso, deixando um apoio tácito à Arauz.

Ainda no bojo da janela política aberta pelas eleições, coletivos feministas unidos em torno da Coalizão Nacional de Mulheres do Equador consolidaram propostas a serem apresentadas aos candidatos para garantir a inversão de direito público em políticas que ajudassem a combater a violência contra a mulher. Houve 20 feminicídios no Equador, apenas neste ano, e três em cada 10 jovens sofrem violência sexual, dados que se intensificaram com a crise pandêmica. A violência doméstica foi também um dos temas principais durante os protestos de 8 de Março, que levaram dezenas de mulheres às ruas de Quito. A pressão das ruas ganhou respaldo de ONGs internacionais para pressionar o governo a descriminalizar o aborto em caso de violência sexual.

A violência decorrente da crise institucional também adentrou os presídios. Em 23 de fevereiro, houve um massacre com cerca de 80 mortes em 4 presídios que concentram 70% da população carcerária do país. A violência — a maior já registrada nos presídios — ocorreu após um motim, conduzido por conta de brigas de gangues que procuram controlar os presídios após a morte de *Raquiñas*, ex-líder do *Los Chuleros*. O amotinamento é um acontecimento oriundo de dois impactos estruturais. No plano externo, ocorre por conta da geopolítica internacional das drogas, que tornou o país uma rota de escoamento entre a Colômbia e os EUA. No interno, as políticas de austeridade, agudizadas pela pandemia, levaram a faltas crescentes no cuidado com os presos. A isso se soma o encarceramento em massa e a superlotação dos presídios equatorianos, obrigando gangues rivais a conviverem nos mesmos espaços. Ainda que com a pandemia tenha sido ampliado o uso de medidas alternativas, a lotação se manteve em 133%.

Em março, a Corte Constitucional considerou inadmissível as condições das prisões. Desta forma, foi convocada a apresentação imediata de novas medidas. Para tanto, o governo decidiu decretar o uso progressivo das forças em casos de resistência agravada contra à ordem pública, o que gerou reação de ativistas de direitos humanos e ONGs internacionais. O temor, como já ocorreu em julho do ano passado, é que o decreto servisse para neutralizar protestos sociais.

Nesse cenário, as eleições presidenciais são perpassadas pelas esperanças e expectativas de diversos grupos sociais, enquanto a sociedade avança buscando na reciprocidade os meios de sua sobrevivência. *Trueques solidarios* organizados em plataformas digitais, assim como as *ollas comunes* (Comunica III) demonstram a resiliência da sociedade frente ao poder político. Enquanto que o movimento indígena organizado denota que as forças das ruas continuarão independente do resultado das urnas.



Entre a vacinação e o protagonismo das mulheres na Guatemala

Natasha Martín Lauletta¹

O primeiro trimestre de 2021 atinge o número de 6.928 mortes ocasionadas em razão da covid-19 e outras 198.374 mil pessoas que já foram infectadas pelo vírus. Nota-se um aumento no número de contágios no fim de março, com a taxa de mortalidade de 40.9 falecimentos a cada 100 mil habitantes, em um país de 16,3 milhões de pessoas. Ressalta-se que há indícios de subnotificação dos dados, o que foi ratificado pela Ministra da Saúde Maria Amélia Flores em entrevista concedida no início de janeiro.

Em 9 de fevereiro, foi divulgado o Plano Nacional de Vacinação, que, no primeiro mês, priorizará os profissionais de saúde e, apenas a partir do segundo mês, as pessoas com mais de 70 anos. Após o atraso na data inicialmente prevista para a vacinação em fevereiro, a vacinação na população da lista de prioridades começou a ocorrer em março. O cadastro para a fase 1 do Plano foi por meio do site oficial do governo. O Ministério da Saúde terminou o primeiro trimestre sem dados oficiais sobre o número de pessoas vacinadas, mas com escândalos de que médicos do sistema privado de saúde teriam recebido a dose antes de terminar a aplicação no sistema de saúde público e de que pessoas do governo não englobadas como prioridades no Plano Nacional já teriam recebido a dose. Em relação às medidas de contenção, após um aumento do número de casos, o Ministério da Saúde modificou as normas sanitárias para impedir o regresso presencial das aulas escolares em março.

O ataque à imprensa e à liberdade de expressão é uma estratégia do governo e marcou o começo do ano. Ainda em janeiro uma jornalista comunitária foi sentenciada a ficar dois anos afastada de sua profissão. Ademais, o ataque à imprensa pelo presidente, que sugeriu serem promovidas informações falsas sobre temas ligados à corrupção, e a hostilização de jornalistas, principalmente aqueles ligados a meios de comunicação alternativos, seguiu ocorrendo. Por fim, em março, uma outra jornalista comunitária foi agredida ao tentar retratar um episódio de violência contra a mulher. O projeto político de silenciamento dos meios jornalísticos comunitários na Guatemala é uma tentativa de tirar a voz dos povos tradicionais e o foco das violações de direitos.

O clima na política é acirrado não só pela vacinação da população, mas também pelas eleições para a Corte Constitucional de Guatemala para o período de 2021 à 2026. A cada cinco anos, segundo a Constituição, se altera o poder na Corte por meio de eleições de novos magistrados com o papel de zelar pela ordem constitucional do país de forma transparente e pública. Existe uma normativa vigente para ditar o processo pelo qual cinco instituições indicam os novos juízes a compor o quadro da Corte. Nesse sentido, o Movimento Cívico Nacional (MCN) criou um perfil ideal para os magistrados como ferramenta de controle social e de aumento da transparência desse processo.

O início do ano também foi marcado por violação de direitos de milhares de imigrantes que passavam em caravana pelo país. O presidente Alejandro Giammattei, como de costume, usou o exército para tentar impedi-los de passar, alegando que o evento era um ataque à soberania nacional. Ainda no constante desrespeito ao direito de pessoas em migração, aconteceu um massacre no México, no final de janeiro. Em 12 de março, os corpos dos imigrantes guatemaltecos, que ficaram conhecidos como “jovens de Comitancillo” foram levados de volta à Guatemala e o presidente declarou luto nacional por 3 dias.

Ainda em janeiro, a notícia de que 5 mulheres foram assassinadas, ajudou a mobilizar mais uma manifestação pública reivindicando justiça e proteção a todas as mulheres. Em fevereiro, uma

¹ Mestranda em Teoria do Estado e Direito Constitucional pela PUC-Rio. Advogada de direito humanos no Centro de Defesa da Criança e do Adolescente da São Martinho. E-mail: natashalauletta@gmail.com.

menina de 8 anos também foi morta, reunindo um ato no centro da capital guatemalteca, além do ato-protesto realizado no dia 8 de março, considerado o dia internacional das mulheres. A violência contra as mulheres foi mote de diversos protestos ao longo de 2020 e, segundo a União Nacional das Mulheres da Guatemala, ao menos 60 já tiveram suas trajetórias interrompidas em 2021.

Na contramão da violência contra as mulheres na Guatemala, o protagonismo feminino no enfrentamento à covid-19 é muito bem retratado pela ajuda das doulas - chamadas de comadronas. Elas auxiliam nos partos de muitas mulheres, que evitam ir aos hospitais para evitar contaminação por covid-19. Em alguns municípios do país, elas auxiliam quase 90% dos partos. Inclusive, elas já foram incluídas como profissionais de saúde na primeira fase do Plano de Vacinação pela importância que desempenham em suas comunidades.

No dia 25 de fevereiro, foi lembrado o Dia Nacional da Dignidade das Vítimas do Conflito Armado Interno de Guatemala. Na praça da Constituição, na capital, foi realizada uma cerimônia maia, enquanto pessoas, em sua maioria indígenas, carregavam cartazes com fotos das pessoas desaparecidas ao longo dos anos de guerra civil. Alguns dias depois, as avós de Zepur Zarco fizeram um ato no dia das mulheres, chamado de “Camino de la justicia de las abuelas” para cobrar a implementação de uma mesa de diálogo para cobrar medidas de reparação. Zepur Zarco foi o posto e localidade onde 15 mulheres indígenas foram escravizadas por militares durante a guerra no país.

A questão da falta de alimentos e de água continua a ser um ponto central no país, agravado pela pandemia. Em alguns pontos do país, continuam as notícias pela dificuldade de acesso à água e iniciativas como a da TETO Guatemala de instalação de kits de água em casas de comunidades são importantes para ajudar a driblar o problema. Por fim, depois do incêndio de dezembro, la olla comunitária continua operando e distribuindo alimentos, tendo lançado um documentário em março deste ano sobre o trabalho feito ao longo da pandemia.

Haiti: uma das crises políticas mais severas do país ofusca combate à pandemia

Clarissa Pains¹

Desde o início de 2021, o pico de novos casos no Haiti em um só dia foi observado em 19 de janeiro, quando houve 71 ocorrências, segundo dados da Universidade Johns Hopkins (EUA). O aumento é considerável em relação a dezembro de 2020 — quando alguns dias chegaram a não ter sequer registro de novo caso —, porém o número absoluto é baixo e bem distante do pico de 281 casos diários registrados no ano passado, no mês de junho. Outra boa notícia é que, de janeiro a março, as ocorrências seguiram em queda quase constante. Tanto que, no último dia de março, o Haiti voltou a não ter notificação de qualquer caso, e a média daquela semana havia sido de apenas quatro ocorrências por dia. Nos três primeiros meses do ano, somente 17 pessoas morreram de covid-19.

De acordo com o monitoramento da agência Reuters, desde o início da pandemia houve no Haiti 12.788 infecções e 251 mortes relacionadas ao coronavírus. Números diminutos em comparação com outros países de densidade demográfica semelhante e em relação ao que muitos especialistas e ativistas esperavam, receosos. É importante ressaltar, no entanto, que é provável que os dados oficiais estejam subestimados, devido ao pequeno número de testes para covid no país².

Autoridades e especialistas no país não estão certos sobre o que levou o Haiti a registrar tão poucas infecções e mortes. Mas talvez isso se torne mais um argumento político para adiar o início da vacinação, que ainda não começou para os haitianos. Apesar de o país fazer parte da iniciativa Covax, desenvolvida pela Organização Mundial da Saúde (OMS) para permitir que 92 países de baixa e média renda tenham acesso às vacinas, órgãos como o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) acreditam que ainda levará meses até que se inicie uma campanha de imunização.

Entre os obstáculos está o fato de o governo ainda não ter aprovado nenhuma vacina, nem decidido em quais apostará. Também não há logística necessária para a compra de seringas e outros equipamentos indispensáveis à vacinação. Segundo o governo, a iniciativa COVAX imunizará 20% da população haitiana (2,5 milhões de pessoas), percentual que fica aquém do recomendado por especialistas em saúde coletiva. De todo modo, o governo haitiano ainda nem sequer fez qualquer anúncio dando previsão de uma campanha de vacinação, enquanto a vizinha República Dominicana, por exemplo, avança em um plano de imunização anti-covid.

O combate à pandemia se mantém à sombra das preocupações geradas pela instabilidade política no Haiti, que vem de longa data: o país, o mais pobre das Américas, teve quase 20 governos em 35 anos, chefiados por militares, presidentes eleitos ou interinos, conselhos de ministros ou governos de transição. Nos últimos meses, o Haiti tem vivido momentos de tensão até mesmo para seu histórico. Existe atualmente um impasse sobre a duração do mandato do presidente, Jovenel Moïse: movimentos sociais, setores da oposição, acadêmicos e religiosos foram às ruas para exigir que ele deixasse o cargo no dia 7 de fevereiro³, quando seu mandato de cinco anos teoricamente chegaria ao fim, mas Moïse está determinado a sair somente em 2022, seis anos após as eleições.

O imbróglio se dá porque o presidente só tomou posse em 2017 — um ano depois do que se esperava por causa de denúncias de fraude e protestos que levaram à repetição das eleições. Assim, ele defende que, já que o mandato é de cinco anos, o atual só terminará ano que vem. No entanto, a

¹ Mestranda em Sociologia pelo IESP-UERJ e jornalista pela PUC-Rio. Pesquisadora do NETSAL. E-mail: clarissapains@iesp.uerj.br.

² O Brasil chegou a negociar com o Haiti, em fevereiro, a doação ao país caribenho de 970 mil testes de covid-19 prestes a vencer, no entanto no início de março o Haiti recusou, e o prejuízo para o Brasil foi de pouco mais de R\$ 200 milhões.

³ Dia do aniversário do fim da ditadura de Duvalier, em 1986.

interpretação da oposição é de que o período deve ser contado a partir das eleições, e não da posse. Como a Constituição determina que a transferência de poder deve acontecer sempre em 7 de fevereiro, essa data em 2021 foi marcada por manifestações de rua contra Moïse — reunindo multidões, mesmo em pandemia —, que tornaram ainda mais militarizadas as ruas da capital, Porto Príncipe, e de outras cidades da nação caribenha.

O impasse se acentua porque mesmo a segunda eleição de Moïse envolveu denúncias de fraude, e, por isso, desde 2018, já há fortes manifestações exigindo a renúncia do presidente. Seu governo é acusado de corrupção e de não só ter falhado em proteger a população da violência, mas também de ter sido cúmplice de certos atos violentos. Desde 14 de fevereiro até pelo menos o fim de março de 2021, Porto Príncipe é tomada quase todos os dias por manifestantes denunciando o atual governo.

Há mais de um ano, em janeiro de 2020, Moïse dissolveu o Parlamento, governando o Haiti por decreto desde então — o que dá margem para muitos haitianos e observadores internacionais classificarem o atual regime como uma ditadura. Além disso, Moïse tem sido muito questionado pelas maneiras como reprimiu os protestos contra ele e pela forma como não conseguiu conter o crime e a onda de sequestros realizados por grupos paramilitares como o Fantom 509 — chamado de “Os Fantasmas” —, dissidente da Polícia Nacional do Haiti. Sequestros realizados por gangues armadas aumentaram mais de 200% durante o atual governo.

Em meio a esse primeiro trimestre turbulento de intensas manifestações, a vizinha República Dominicana anunciou, em fevereiro, que planeja erguer um muro de 380 quilômetros na fronteira, para barrar a entrada de imigrantes haitianos. Estima-se hoje que cerca de 500 mil nascidos no Haiti vivam na República Dominicana, a maior parte deles de forma irregular. Muitas famílias haitianas receiam que, com esse muro, o país fique ainda mais isolado e tenha sua atual crise política, econômica e social agravada.

Em fevereiro de 2021, a oposição ao governo anunciou uma “comissão de transição” que escolheria um “presidente interino” e organizaria eleições em dois anos. O indicado foi o juiz Joseph Mécène Jean-Louis, de 72 anos, membro do Tribunal de Cassação desde 2011, que aceitou a nomeação e passaria, em tese, a comandar o governo de transição.

O presidente haitiano, por sua vez, insiste que só deixará o poder em 7 de fevereiro de 2022, ao final de seus cinco anos no posto. Ele mantém, ainda, o planejamento de realizar em junho um referendo para uma nova constituição, o que desagrade a oposição e parte significativa do país. O impasse sobre a sua permanência no cargo continua sem solução, já que não existe instituição nacional com autoridade legal para deliberar sobre essa questão. Isso porque não existe no Haiti nenhuma instituição equivalente ao Supremo Tribunal Federal (STF) no Brasil, ou à Corte Suprema nos Estados Unidos. Esse vazio gera incertezas e agrava a crise no país, cuja capital foi palco de grandes manifestações políticas nos primeiros três meses de 2021, ofuscando, no geral, tanto iniciativas de combate à pandemia de covid quanto reivindicações de outros movimentos que não tenham a ver diretamente com o afastamento do presidente.

Novo ano, velhas questões: violência e resistência pulsam pelas veias mexicanas

Vitória Gonzalez¹

Em 31 de março, o México bateu 203.210 mortes pela covid-19, segundo dados oficiais. No entanto, um informe recente do governo sobre excesso de mortalidade admite que o número é cerca de 60% maior, ultrapassando os 320 mil. No início do ano, houve colapso na saúde e altos números diários de mortes e casos. Esses números, contudo, decreceram ao longo do primeiro trimestre. Em janeiro, a busca por oxigênio foi imensa na Cidade do México e em outras localidades, o que exacerbou as desigualdades no enfrentamento à covid-19. Com os hospitais à beira do colapso, a contínua desconfiança no serviço gratuito de saúde e o preço dos hospitais privados (depósito de 130 mil reais para internação na capital), familiares de doentes procuravam oxigênio para tratamento em casa. A campanha de vacinação, iniciada em dezembro, anda lentamente. No fim de fevereiro, passou a abranger migrantes em território mexicano, o que de início não era previsto. A população diarista camponesa migrante tem se mobilizado para ter prioridade no acesso à vacina.

Os feminismos mexicanos seguem ativos, com diversos repertórios. Estigmatização, criminalização e repressão policial são constantes. La policía no me cuida, me cuidan mis amigas é uma iniciativa que aglutina casos de abuso policial em 2020. Segundo a organização Brigada Callejera, o trabalho sexual duplicou em um ano na capital (até fevereiro de 2021). Neste primeiro trimestre, houve mobilizações contra a candidatura de Salgado Macedonio ao governo de Guerrero, por denúncias de abuso sexual (“*un violador no será gobernador*” e #MeTooFelixSalgado estiveram nas ruas e redes). O Congresso de Quintana Roo segue ocupado desde novembro e feministas exigem a despenalização do aborto no estado. Em janeiro, uma estudante de medicina foi vítima de feminicídio em Chiapas. Justicia por Mariana mobilizou coletivos feministas universitários. Em março, em Tulum, policiais mataram a salvadorena Victoria Salazar, em cena que remete ao caso Floyd. Eles estão presos por feminicídio e houve manifestações por justiça.

Em função do dia da mulher, algumas organizações lançaram um comunicado sobre violência contra mulheres, instando o governo à ação. AMLO seguiu negligenciando as sistemáticas denúncias. Ocorreu o 3º Encontro de Mulheres do Congresso Nacional Indígena (CNI) na sede do Instituto Nacional dos Povos Indígenas (INPI), ocupada desde outubro. Nas vésperas do 8 de março, um muro metálico foi instalado ao redor do Palácio Nacional para protegê-lo. Coletivos feministas e mães de vítimas de feminicídio transformaram-no em um muro de memória, inscrevendo nomes e prestando homenagens. Policiais da capital fizeram buscas em casas de feministas acusadas sem provas, sem o devido processo legal. No 8M, houve muitas manifestações no país; manifestantes na capital se depararam com grande aparato de repressão. Outros repertórios foram as projeções na fachada do Palácio Nacional e as intervenções com troca de nomes de ruas.

A Brigada Nacional de Busca de Pessoas Desaparecidas lançou campanha para enfatizar a importância de mulheres nas buscas de vítimas de desaparecimentos (#MujeresBuscando). Mesmo em meio ao agravamento de questões psicológicas e econômicas pela pandemia, cumprem papel do Estado e ajudam a reconstruir o tecido social. Em janeiro, famílias de desaparecidos, defensores e jornalistas de Guerrero reuniram-se com representantes internacionais para informar sobre a grave situação de direitos humanos do estado. Houve reunião com a ONU para tratar de assassinatos e ameaças nacionalmente. Na pandemia, oficinas forenses seguiram apoiando famílias a dialogar com o governo e buscar corpos. Recentemente, foi lançado um guia para a busca de desaparecidos.

¹ Mestranda em Sociologia pelo IESP-UERJ, com Bolsa FAPERJ Nota 10. E-mail: vitoria.gonzalez@iesp.uerj.br

Pais e mães dos 43 estudantes desaparecidos em 2014 (Ayotzinapa), em reunião com o presidente, manifestaram que o Exército não parece buscar a verdade. Em fevereiro, 16 restos mortais foram enviados a uma universidade austríaca para identificação. Um dos pais se postulou a uma pré-candidatura pelo Movimento Regeneração Nacional (Morena, partido de AMLO). Pais e mães e a escola rural Raúl Isidro Burgos manifestaram-se contra usar o caso para campanha pessoal. Em janeiro, a mobilização por Ayotzinapa concentrou-se no anti-monumento aos 43. Em fevereiro, foi virtual. Anti-monumentos tornam-se comuns no país. São ligados principalmente a desapareções e feminicídios, exigem justiça, verdade e memória, e questionam os dados oficiais.

Ataques a mulheres, jornalistas, defensores e defensoras de direitos humanos e do meio ambiente, e migrantes mostram diferentes faces da violência no país. Em janeiro, Fidel Heras Cruz, integrante do Copudever e lutador contra hidrelétricas em Oaxaca, foi assassinado. Frente à falta de celeridade nas investigações, houve campanhas (#JusticiaParaFidel e #RiosLibres). Dois meses depois, Jaime Jiménez Ruíz, também defensor do Rio Verde, foi assassinado. No fim de janeiro, 19 corpos carbonizados foram encontrados em Tamaulipas, em território de disputa entre grupos narcotraficantes. A maioria das vítimas eram migrantes guatemaltecos rumo aos Estados Unidos. Não é o primeiro massacre do tipo, e há envolvimento de forças de segurança. A questão migratória segue sua sina: há recrudescimento de detenções nas fronteiras, e caravanas centro-americanas vivem momentos tensos na fronteira norte. Em fevereiro, o ainda impune assassinato do defensor e comunicador Samir Flores fez dois anos, o que motivou ações na ocupação do INPI e em Morelos.

Em 1º de janeiro, foi publicada “Uma declaração...pela vida” com a assinatura de diferentes movimentos do mundo, chamando encontros para compartilhar experiências sobre resistências. Haverá a presença de uma delegação do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN), do CNI e de outras organizações mexicanas na Europa em meados do ano. Ainda em janeiro, ocorreu a 5ª Assembleia entre o CNI e o Conselho Indígena de Governo. No pronunciamento, destacaram a recolonização por trás dos megaprojetos e a constância de prisões arbitrárias, ataques e ameaças a comunidades e lideranças. No dia 11 de março, comemorou-se 20 anos da chegada da Marcha da Cor da Pele na capital, momento emblemático da história recente.

Comunidades, organizações e academia se articularam para promover alterações ou provar a inconstitucionalidade de artigos da Lei de Mineração (*Ley Minera*) e da Lei da Indústria Elétrica. A Suprema Corte, contudo, aprovou a constitucionalidade da Lei de Mineração, fato que fará as comunidades levarem o caso ao Sistema Interamericano de Direitos Humanos. Em março, comunidades indígenas bloquearam uma estrada para exigir o direito à consulta livre, prévia e informada sobre o Corredor Interoceânico. A suspensão definitiva de um trecho do Trem Maia, em processo impetrado por comunidades indígenas, tem como base a falta de uma consulta do tipo.

Em termos de comunicação comunitária e indígena, a rádio La Voz de la Montaña cumpriu 42 anos. Em fevereiro, comemorou-se o Dia Internacional da Língua Materna. Segundo o censo de 2020, as línguas indígenas mais presentes no país são Náhuatl, Maya e Tseltal, com 1.651.958, 774.755 e 589.144 falantes, respectivamente. Na Cidade do México, em fevereiro e março, houve protestos por justiça e segurança viária. Manifestantes puseram cruzes brancas em frente à Secretaria de Mobilidade, com nomes de ciclistas que perderam a vida. Segundo a Assembleia de Coletivos contra a Violência Viária, até início de março já eram 70 acidentes na capital.

No México, a violência segue pulsando por todas as veias: em grandes e pequenas cidades e nos espaços rurais, contra mexicanos e migrantes, dia e noite. Também pulsam diversas resistências: ruas e redes seguem mobilizadas contra a violência, com destaque para feminicídios, desapareções forçadas e megaprojetos que se apropriam de terras e territorialidades.

Nicarágua na contramão do combate à pandemia e da democracia latino-americana

Meyre Teixeira¹

A Nicarágua é um país situado na América Central, entre o mar do Caribe e o Oceano Pacífico, com fronteiras com a Costa Rica e Honduras. Possui o maior território da região, com aproximadamente 6,5 milhões de habitantes, em 2019. O idioma oficial é o espanhol, embora circulem outras línguas nativas, como misquito, sumo, rama e o inglês crioulo. Desde 2007, Daniel Ortega ocupa a presidência. Ortega é figura cativa da política do país desde a Revolução Sandinista, em 1979, e seu mandato atual tem sido marcado pelo autoritarismo.

Em abril de 2018, o anúncio da proposta de reforma da seguridade social, somado ao aumento dos impostos para os trabalhadores e os empresários e à redução no valor das aposentadorias², foram o estopim para a mobilização popular, sobretudo de estudantes universitários. A repressão do governo resultou em inúmeros assassinatos, prisões políticas e migração forçada. A grave violação de direitos humanos chamou a atenção da comunidade internacional, especialmente da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) e do Alto Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos (Acnudh).

Em relação à pandemia, Ortega destacou-se pela postura avessa às orientações da Organização Mundial da Saúde (OMS). O seu desaparecimento no início da pandemia no país, a minimização da doença e a passeata do “Amor nos tempos de covid--19” organizada pelo governo colocaram o país em oposição às medidas de prevenção da doença, como o isolamento social. Outro problema enfrentado é o desencontro de informações entre os dados oficiais divulgados pelo Ministério da Saúde (Minsa) - com 6.582 casos confirmados e 176 mortos - e os não-oficiais do *Observatório Ciudadano Covid-19* – com 13.237 casos suspeitos e 3.002 mortes- entre março de 2020 e 2021 . A falta de rigor quanto às medidas básicas e de emergência fortalecem o discurso da ineficácia da liderança governamental no enfrentamento do coronavírus.

As primeiras doses da vacinação contra a covid-19 chegaram ao longo do mês de março por meio de doações da Federação Russa e do Mecanismo COVAX. Foram entregues 6 mil vacinas Sputnik V produzidas na Rússia e 135 mil vacinas AstraZeneca elaboradas pelo *Serum Institute of India*. A primeira fase foi destinada de forma voluntária para a população maior de 18 anos que possui alguma comorbidade, tais como problemas renais, cardíacos e oncológicos. A segunda fase está prevista, sem muitos detalhes, para os funcionários públicos que trabalham em áreas de muita exposição. Contudo, não há informação oficial sobre o número de pessoas que já foram vacinadas.

A falta de transparência sobre as ações e dados da pandemia, e a desorganização do programa de imunização são reflexos da crise política e social que se instaurou no país desde 2018. A repressão do governo está pautada em estratégias de sufocar a militância por meio de mecanismos legais que justificam a violência estatal. Desta forma, foi aprovado um conjunto de leis durante o segundo semestre do ano passado para controlar a atuação dos organismos internacionais (*Ley de Regulación de Agentes Extranjeros*) e a criminalização da liberdade de expressão dos noticiários (*Ley Especial de Ciberdelitos*). Para camuflar a opressão, o presidente Ortega - com a aprovação do Legislativo - criou o Ministério Nacional para Assuntos Espaciais Extraterrestres, A Lua e Outros Corpos Celestiais, em fevereiro, como pontapé para a corrida espacial nicaraguense.

¹ Mestranda em Ciência Política no IESP-UERJ e pesquisadora do NETSAL. Bolsista CAPES. E-mail meyreteixeira@id.uff.br

² Para ver mais FERNÁNDEZ, Paula; WIMER, Fernando. Crisis política en Nicaragua: un análisis para su comprensión. Revista Tensões Mundiais, Fortaleza, v. 15, n. 28, p. 273-272, 2019

Segundo informe da organização *Human Rights Watch*, divulgado no início de janeiro de 2021, opositores ao regime vivem sob forte perseguição, ameaças de morte e agressões. Esta conduta faz parte da tática autoritária presidencial de coibir as possibilidades de críticas ao governo. Outra forma de violação dos direitos humanos é sobre a situação dos presos políticos. Conforme a Anistia Internacional, o excesso de maus-tratos é realizado como parte do cotidiano prisional. A pandemia agravou o contexto, no qual muitos detentos são privados de assistência médica, especialmente aqueles e aquelas detectadas com os sintomas da covid-19. Retomar a vida após a liberdade tem sido bastante desafiador em virtude da humilhação promovida pelos policiais, do medo frente à possibilidade de represália nos espaços públicos e o grau elevado de violações nas propriedades privadas, como as mensagens ofensivas deixadas nas casas. As famílias dos encarcerados também sofrem destes problemas e da angústia de ter informações verdadeiras sobre o que está acontecendo com seus entes queridos nas prisões.

Apesar das inúmeras tentativas governamentais de silenciar os/as ativistas, isso não impediu o Grupo de Acción Feminista Nicaragua (GAF) de realizar um protesto nas ruas no dia 8 de março de 2021, em conjunto com o movimento mundial 8M. O pequeno grupo se reuniu com cartazes pela liberdade das presas políticas, das desaparecidas e por justiça.

Ademais, a fome tem sido um problema latente na região em virtude da crise econômica agravada com a pandemia e da crise climática. Somam-se cerca de 8 milhões de pessoas das populações de El Salvador, Guatemala, Honduras e Nicarágua que atualmente enfrentam esse dilema. Esta quantidade representa um aumento de quase quatro vezes entre o período de 2018 e 2021.

Por fim, o cenário neste primeiro trimestre na Nicarágua segue com as profundas marcas da crise instaurada em 2018. A incerteza quanto às eleições presidenciais anunciadas para novembro aumenta a tensão política em todo o país. A omissão de informações sobre o coronavírus e o seu programa de imunização tornam confusos a compreensão da gravidade da pandemia e os esforços do governo para combater a doença. A preocupação do governo com a vida extraterrestre distancia-o das duras realidades de fome, miséria e doença que têm assolado o povo nicaraguense. A profunda violação de direitos humanos tem sido duramente criticada internacionalmente, mas parece não incomodar a presidência e seus aliados políticos. As feridas abertas desde abril de 2018 estão longe de se fechar.



Crise sanitária e negligência política: o Panamá no primeiro trimestre

Hellen Oliveira¹

Em 2021, o Panamá encontra-se em diferentes frentes de dilemas sociais. A primeira diz respeito aos problemas contínuos de seu território que foram agravados pela conjuntura pandêmica vivenciada desde os primeiros meses de 2020. Outra diz respeito aos problemas resultantes da crise sanitária. As duas apontam o desalinho da formulação de políticas públicas federais e as necessidades cotidianas da população panamenha. Tópicos como migração, educação, direitos humanos e saúde estão em evidência entre os meses de janeiro e março do presente ano.

Sobre os números oficiais da pandemia, janeiro começa com aumento percentual de casos (+14,5%) e mortes (+18,7%) - em comparação com a quinzena anterior. Importante ressaltar que, em dezembro de 2020, o país registrou sua pior semana desde o início da crise sanitária, e o governo chegou a cogitar o aluguel de contêineres refrigerados para preservar corpos das vítimas da covid-19. A necessidade de uma campanha de vacinação nacional era urgente. No dia 20 de janeiro, o governo panamenho recebeu o primeiro lote de vacinas da farmacêutica Pfizer. Ao fim do mês, e início de fevereiro, doses foram administradas em cerca de 0,29% da população.

Na primeira quinzena de fevereiro, o país entrou em tendência de queda em casos (-56,1%) e mortes (-39,4%), no entanto, ainda correspondia ao território com mais mortes por milhão de habitantes na América Latina. Esta proporção de casos por milhão de habitantes se manteve até a última semana de março, por mais que a tendência decrescente também tenha se mantido. Até o presente momento 364 mil doses foram aplicadas, e 117 mil pessoas foram totalmente vacinadas no país, o que corresponde a 2,74% de sua população.

Os efeitos da política de circulação delimitada por gênero, aplicada como forma de controle da pandemia, ainda são sentidos de forma negativa pela população trans, bem como pela população não binária. No dia 17 de janeiro, a organização *Hombres Trans Panamá* divulgou um relatório intitulado *Los Efectos de Las Medidas de Cuarentena Sobre Las Personas Trans*, elaborado em parceria com o Programa da Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento na América Latina e Caribe. De acordo com o documento, a cronologia da política foi de idas e vindas, com suspensão no mês de setembro de 2020, junto da reabertura das atividades econômicas. Já na segunda onda pandêmica, o governo panamenho julgou que seria oportuno retornar com as políticas entre 21 de dezembro de 2020 até 4 de janeiro de 2021, mesmo sob protestos das organizações pelos direitos trans e unidades defensoras dos direitos humanos. Este segundo período foi estendido durante todo o primeiro mês de 2021 nas províncias de Panamá e Panamá Oeste. As províncias de Herrera, Coclé, Los Santos e Veraguas foram poupadas das medidas.

As organizações responsáveis pela avaliação analisaram 45 denúncias de transfobia, feitas entre abril de 2020 e janeiro de 2021, realizadas por 27 mulheres trans e 18 homens trans. Segundo os registros, a maior parte dos casos foi de violência verbal e psicológica, algumas destas foram acompanhadas por interrupção das atividades cotidianas e impossibilidade de acesso a locais públicos e privados, como comércios. Outros relatos contêm episódios de violência física e lesão corporal. De acordo com as denúncias, a transfobia foi cometida por membros da Polícia Nacional e oficiais de segurança privada dos estabelecimentos que proibiram a entrada de pessoas trans. Um dos casos foi ainda cometido por profissional de saúde do sistema privado. Estes dados evidenciam o despreparo do governo panamenho, que se reproduz na região latino americana como um todo, das instâncias

¹ Cientista Política pela Unirio, mestra e doutoranda em Sociologia pelo IESP-UERJ, pesquisadora pelo NETSAL e pelo CASA, editora da CESP. Bolsista CAPES. Contato: hellenoliveiracp@gmail.com

federais às locais, em acolher a população trans e não binária. A política é responsável por perpetuar e aprofundar o risco de vida corrido por este agrupamento, e não se mostrou eficaz na contenção dos índices de contágio. Pode-se dizer que as prioridades da gestão de Cortizo (Partido Revolucionário Democrático) estão desviadas, visto que os métodos de contenção do vírus são colocados como método de contenção de indivíduos já marginalizados. A população trans e não binária do Panamá se encontra à mercê de duas grandes ameaças, a transfobia e o novo coronavírus.

No que diz respeito às demais políticas de Cortizo, os auxílios emergenciais se encontram desregrados por uma série de questões. Em evidência, a política de *vouchers* para compra de insumos. No dia 26 de março, mais de mil beneficiários tiveram seu benefício suspenso por conta de violações das normas sanitárias. Caso um beneficiário viole mais de duas regras de contenção da covid-19, pode sofrer sanções no acesso aos métodos de auxílio estabelecidos pela administração federal. Entretanto, como é feito o processo de verificação do descumprimento das normas não está totalmente explícito. Ademais, denúncias de mau uso dos *vouchers* foram registradas. A fim de solucionar este segundo problema, o uso dos benefícios está condicionado à apresentação de um código de segurança. Atualmente, mais de 50% dos comércios nas diferentes províncias do Panamá adotaram o uso obrigatório deste tipo de código, que acompanha os vales. A previsão é de que ele será mandatório para compras de insumos com o uso dos auxílios a partir do dia 15 de abril.

A questão educacional também chama atenção. A suspensão das aulas presenciais foi uma política adotada em muitos países, inclusive no Panamá. A preocupação diz respeito ao tempo de interrupção das atividades presenciais de ensino, segundo comunicado da direção regional da UNICEF na América Latina, nove dos quatorze países em que a política se manteve por mais tempo estão na região latino americana, sendo o Panamá o que manteve escolas fechadas no intervalo de um ano. Este ponto de pauta já era preocupação do governo federal desde o último trimestre do ano anterior.

Quanto ao tema da migração, centenas de pessoas, inclusive crianças, pedem ajuda humanitária e licença para cruzar a fronteira marítima entre Colômbia e Panamá desde seu fechamento no início de março. Famílias de diferentes nacionalidades que visam chegar aos Estados Unidos pelo território florestal *Durian Gap* estão vivendo em tendas improvisadas em praias, à mercê do calor, da chuva, de animais silvestres e da fome enquanto aguardam a decisão pela abertura dos governos federais. Vivendo sem água potável e sem encanamento, os migrantes denunciam que turistas estão podendo cruzar territórios por terra e mar, enquanto sua circulação é impedida, e a condição de sua estadia piora a cada dia.

Durante o mês de fevereiro, foram publicizados relatos de abuso físico e sexual contra crianças em abrigos panamenhos. Os relatos chocaram a sociedade panamenha, e dados apontam que os mesmos ocorrem desde pelo menos 2015. No dia 16 de fevereiro a Secretaria Nacional da Criança, do Adolescente e da Família (Senniaf) anunciou um processo de fiscalização nacional nos abrigos, muitos destes geridos por instituições religiosas. A Coalición Internacional de Mujeres y Familias (CIMUF), junto a outros movimentos sociais organizou a campanha #conlosniñosno, que ocupou ruas e redes desde o mês de fevereiro com uma série de protestos e performances. Nestes, grupos militantes penduraram nas grades dos abrigos acusados brinquedos, roupas infantis, inclusas roupas íntimas, e fraldas com tinta vermelha - para simbolizar o sangue. O tema também foi pauta nas manifestações do Dia Internacional da Mulher, 8 de março. Nestas, organizações feministas denunciam que movimentos religiosos contrários a legalização do aborto, que se auto intitulam pró-vida, são responsáveis pela negligência e violência contra crianças e adolescentes.

Paraguai: um terceiro “março paraguaio” em 2021?

Pedro Borba¹

Os últimos meses de 2020 já indicavam uma saturação iminente da capacidade do sistema de saúde paraguaio para atender adequadamente ao número crescente de casos de covid-19. Outrora modelo de gestão preventiva da pandemia, o país viu erodirem a confiança e a sustentabilidade de sua política sanitária. Ao longo do mês de fevereiro de 2021, há uma escalada do número de casos registrados no país, tendo ultrapassado pela primeira vez, em 19 de fevereiro, a média móvel de mil casos diários. Desde o começo do ano, os leitos de UTI no país registraram aproximadamente 90% de ocupação, situação atribuída à circulação da variante brasileira do vírus. Em março, essa tendência de saturação se revelou no número de óbitos, que passou de menos de 20 registros diários no fim de 2020 para quase 60 no fim do primeiro trimestre de 2021, quando o total de mortes ultrapassou 4.300. Além disso, a escassez de insumos hospitalares tornou insustentável a gestão da pandemia do já frágil governo de Mario Abdo Benítez. Com um protesto iniciado por profissionais da saúde por suas condições de trabalho, desencadeou-se um novo levante de proporções nacionais para derrubar o mandatário.

Curiosamente, março tem sido um mês crítico na história recente do Paraguai. Em 1999, uma insurreição popular, conhecida como “março paraguaio”, tomou o país após o assassinato do vice-presidente Luis Maria Argaña, levando prontamente à renúncia do então presidente colorado Cubas Grau. Em 2017, o chamado “segundo março paraguaio” se insurgiu contra as manobras para uma recandidatura presidencial de Horacio Cartes, empresário conservador que se tornou pivô da política paraguaia após o golpe parlamentar de 2012. Foi precisamente Cartes quem resgatou o atual presidente Abdo Benítez quando o “terceiro” março paraguaio pediu, em 2021, sua deposição imediata por incompetência e corrupção no manejo da pandemia.

No dia 3 de março, os funcionários do centro de referência no combate à covid-19 em Assunção (*Instituto Nacional de Enfermedades Respiratorias y del Ambiente*) iniciaram uma manifestação espontânea em frente ao órgão, denunciando a sobrecarga de trabalho e a falta de insumos para tratamento de pacientes. Na mesma semana, as aulas presenciais seriam retomadas nas escolas públicas, à revelia da Federação de Educadores do Paraguai (FEP) e da União Nacional de Educadores (UNE). O resultado foi a convocação de uma greve docente para o dia 2 de março, com manifestações na capital e no interior. As manifestações dos trabalhadores da saúde e da educação armaram o cenário para a sublevação generalizada nas duas semanas seguintes.

No dia 5, as ruas foram tomadas por cartazes pedindo a saída imediata de Mario Abdo Benítez e seu vice-presidente, Hugo Velázquez. Em menos de dois anos, foi a terceira circunstância em que seu mandato esteve em risco: em janeiro de 2020, o presidente esteve ameaçado pelo acordo secreto com o Brasil sobre Itaipu; em agosto do mesmo ano, como descrito no Comunica II, uma sequência de manifestações autoconvocadas exigia a destituição de Abdo Benítez. No dia 5 de março, sexta-feira, a repressão policial nas imediações do Congresso foi brutal, levando à morte de um manifestante (Alejandro Daniel Florentín, de 32 anos). Os protestos continuaram no final de semana, especialmente em frente à sede do Partido Colorado. Confluindo com a jornada de lutas, os movimentos feministas organizaram, no dia 8 de março, marchas em várias cidades contra a violência contra as mulheres e pelo direito ao trabalho digno, assegurando estratégias específicas para manter o isolamento mínimo entre as participantes. A Articulação Feminista do Paraguai, fazendo eco à atmosfera geral de

¹ Professor do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal do Rio de Janeiro e pesquisador associado do Núcleo de Estudos em Teoria Social e América Latina. Contato: pedrorborba.cp@gmail.com.

indignação, incluiu em seu manifesto a proclama: “nos somamos às mobilizações e exigimos uma mudança total no Poder Executivo”. Era o quarto dia consecutivo de manifestações de rua pedindo a saída do presidente, e dezenas de ativistas já haviam sido detidos pela polícia.

Enquanto isso, uma reforma ministerial procurava apaziguar a crise, removendo de cena as figuras mais desgastadas publicamente, como os ministros da educação e da saúde, além de outras figuras do primeiro escalão. As aulas presenciais foram suspensas temporariamente na rede pública e privada. Os protestos, contudo, se mantiveram ativos na semana seguinte, espalhando-se para outros departamentos. A oposição minoritária anunciou, já nos primeiros dias de protestos, que atenderia à principal demanda das ruas, encaminhando um pedido de impedimento contra Abdo Benítez por inépcia na gestão da pandemia. Os movimentos camponeses se mobilizaram para somar-se aos protestos na capital a partir de quarta-feira (17/03). Em um movimento preemptivo, contudo, a maioria parlamentar acolheu, examinou, votou e arquivou o pedido de impedimento no dia 17, gerando uma onda de revolta popular em Assunção que culminou no incêndio parcial da sede do Partido Colorado durante a madrugada. O governo decretou, ainda em meio aos protestos (14/03), medidas restritivas para conter a pandemia, que limitam severamente o exercício de manifestação nas ruas. A vigência dessas medidas é de 18 de março a 4 de abril.

Há algumas conclusões a serem tiradas dos episódios de março: (1) há uma insatisfação profunda com o rumo elitista e neoliberal da política paraguaia, que reaparece com força explosiva periodicamente na forma de potência plebeia, com predominância de jovens e sem canalização partidária imediata; (2) o Partido Colorado demonstra uma vez mais que, quando ameaçado, coloca de lado suas disputas internas (no caso, entre Cartes e Abdo), reeditando o “abraço republicano” quando se trata de assegurar sua primazia; (3) a estratégia de divisão e atração de parte dos liberais para a órbita dos colorados está combalida e não oferece mais alternativa viável para Abdo Benítez, que se torna, assim, mais dependente da facção de Cartes (Honor Colorado); (4) a interdição constitucional dos ex-presidentes concorrerem a um segundo mandato mantém fora da corrida eleitoral duas figuras centrais da política paraguaia atual, o próprio Cartes e Fernando Lugo (senador pela Frente Guasú). Essa interdição faz com que dois protagonistas sejam forçados a atuar nos bastidores. Isso reforça o insulamento do jogo político (com suas cumplicidades e conchavos) perante a maioria da sociedade. Até certo ponto, é possível dizer que os “novos golpes” (como o de 2012) criam uma solução institucional rápida e um impasse político duradouro.

Além disso, é importante notar que a irrupção recente dos protestos no Paraguai colocam outras questões. Em primeiro lugar, parece claro que não há gestão eficiente de uma crise se não há saída para ela. O Paraguai implementou protocolos rigorosos e preventivos em março de 2020, mas não há “quarentena inteligente” que sobreviva indefinidamente diante de todo o tipo de pressão. Em segundo lugar, a emergência sanitária pode e já está sendo utilizada para cercar protestos populares, como ocorreu no Paraguai a partir do dia 18 de março.

Em terceiro e último lugar, é importante notar que os episódios críticos como os de março de 2021 adquirem imediata repercussão midiática, inclusive fora do país, mas isso não nos pode fazer perder de vista as iniciativas de auto-organização popular que tem caráter cotidiano e local. A articulação das *ollas populares* (cozinhas comunitárias) nos bairros pobres de Assunção e alhures, que relatamos no Comunica II, está completando um ano de existência, assegurando o amparo alimentar às comunidades com protagonismo das mulheres na dinâmica associativa. Não obstante a luta travada em 2020, que resultou em lei específica para fomento às “panelas populares”, 60% delas segue funcionando sem qualquer respaldo governamental.

No fim de 2020, a pandemia dava sinais de arrefecimento no Peru, mas o que se vê em 2021 é uma interminável segunda onda. De janeiro a março, foram 524.940 novos casos e 14.121 novas mortes, números que representam quase o triplo do registrado no trimestre anterior. O país fecha esses primeiros três meses do ano com o total de 1.540.077 casos e 51.801 mortes por covid-19. Para tentar frear o ritmo do contágio, o presidente interino Francisco Sagasti implementou quarentena durante todo o mês de fevereiro, com escalonamento relativo ao estágio em cada região. No dia 31 de janeiro, manifestantes foram às ruas em Lima em protesto contra a quarentena, pelo direito de trabalhar e contra a “nova ordem mundial”. Em março, a Câmara Nacional de Turismo reuniu integrantes do setor numa “Grande Caravana Nacional” contra o que consideram injustiça estatal, isto é, a cobrança de uma série de requisitos de prevenção que faria o setor operar com perdas. Por outro lado, a Igreja Católica, através da *Conferencia Episcopal Peruana*, lançou a campanha Respira Peru, que tem como foco a arrecadação de verbas para a construção de geradores de oxigênio. O Peru tem um déficit de 100 toneladas de oxigênio medicinal. Desde o começo da pandemia, pequenas campanhas para compra de cilindros ou construção de geradores são uma constante no país.

A vacinação no Peru começou em 9 de fevereiro, depois do atraso para o fechamento de contratos em meio à crise política de 2020 e a frustração de parte dos acordos nos últimos meses. O ritmo segue lento e o país soma 576.662 pessoas vacinadas, apenas 1,75% da população. A desaprovação de Sagasti chegou a 68,4%, num desgaste que envolve desemprego, novas medidas restritivas, o aumento do contágio e a lentidão da vacinação. Além disso, no mês de fevereiro veio à tona o escândalo do *Vacunagate*. A partir de relato do ex-presidente Martín Vizcarra, descobriu-se que ele e uma série de membros do governo se vacinaram secretamente durante os testes da Sinopharm no país. O caso provocou a queda das ministras da Saúde, Pilar Mazzetti, e Relações Exteriores, Elizabeth Astete, além de funcionários de segundo escalão, que haviam sido mantidos no governo Sagasti. O *Vacunagate* gerou mais uma turbulência política no Peru e novos rumores de moção de vacância percorreram o Congresso. Em resposta ao escândalo, dezenas de organizações da sociedade civil lançaram um abaixo-assinado por vacinação universal, gratuita e sem privilégios.

Sem dúvidas, o grande tema do trimestre foram as eleições gerais, programadas para o dia 11 de abril. Após cinco anos de intensa crise política, o país irá às urnas num cenário de muita fragmentação, em que pelo menos seis candidatos à presidência aparecem empatados nas pesquisas de opinião e o primeiro colocado é o não-voto. Como não poderia deixar de ser, a pauta prioritária é a pandemia: contenção do contágio, leitos de UTI, oxigênio, vacinação e recuperação econômica. Além disso, corrupção e empresas multinacionais apareceram no debate.

O ano começou com protesto contra a impunidade policial convocado para 9 de janeiro por familiares de Inti e Bryan, os dois jovens assassinados pela polícia nas manifestações de novembro de 2020 contra o golpe parlamentar de Manuel Merino. Em Valle de Tambo, na região de Arequipa, ativistas foram às ruas no dia 12 de janeiro contra a criminalização de movimentos sociais. O ato foi uma resposta à decisão judicial que condenou dirigentes locais por delitos supostamente cometidos em protestos de 2015 contra o projeto de mineração da empresa Southern Peru Copper Corporation.

A mineração segue como o principal foco de conflitos, com destaque para os embates entre a população de Chumbivilcas (Cusco) e a mineradora Hudbay. Uma greve por tempo indefinido foi

¹ Doutorando e mestre em Sociologia pelo IESP-UERJ. Pesquisador do NETSAL. Bolsista Nota 10 FAPERJ. E-mail: raulnunes@ gmail.com.

iniciada na província em 16 de janeiro, após fracasso no diálogo para elaboração de uma convenção quadro entre as partes. Enfrentando chuvas, granizo e neve, o protesto continuou por uma semana, até ser montada uma mesa de diálogo. O resultado veio apenas no mês seguinte, quando a mineradora concordou em pagar 11 milhões de soles para o desenvolvimento da província. No fim de fevereiro, entretanto, o distrito de Livitaca, na mesma província de Chumbivilcas, passou a confrontar a Hudbay, o que resultou em repressão policial aos manifestantes. No começo de março, tiveram início as mesas de diálogo virtuais, que foram interrompidas pela conexão de internet precária; a mesa foi retomada no fim do mês, com demandas específicas para o distrito.

Na província de Espinar, moradores de uma comunidade bloquearam uma estrada e ocasionaram a suspensão temporária das atividades da mineradora Antapaccay. Os manifestantes pedem que a empresa pague pela reparação dos danos causados pela mineração e demandam também o pagamento de um auxílio comunal. Em Punamarca, comunidade na região de Apurímac, trabalhadores rurais confrontaram a mineradora Las Bambas no dia 11 de fevereiro, reivindicando as terras que venderam em 2011 para a empresa por valor muito baixo. Esses manifestantes sofreram dura repressão, com uso de gás lacrimogêneo. A empresa se recusa a dialogar e alega que o contrato foi fechado há 10 anos, o que daria o assunto por encerrado. O conflito entre a população local e a mineradora é recorrente e já resultou na morte de manifestantes em outras ocasiões.

Trabalhadores da siderúrgica Shougang também entraram em greve em razão das reiteradas mortes por covid-19. Entre as demandas estavam: atenção médica, testagem, EPIs e auxílio para as famílias que perderam seus entes em decorrência do trabalho. No norte do país, região de Loreto, a comunidade indígena Fernando Rosas, da etnia Wampi, resolveu paralisar a produção da petroleira PetroPerú, demandando medidas de reparação para os vazamentos causados no local. Manifestantes ocuparam uma estação de oleoduto e, segundo a empresa, mantiveram 10 funcionários reféns.

No dia 1º de março, teve início o julgamento do ditador Alberto Fujimori pela esterilização forçada de mulheres, sobretudo indígenas, no seu governo (1990-2000). O julgamento foi suspenso duas vezes; uma delas pela falta de tradutores de quechua para as vítimas. No dia 23, diversas ativistas fizeram bandeiraços por Lima e Cusco pedindo ao juiz do caso que marcasse data e hora para a retomada do processo. O 8 de março peruano, ao contrário de muitos países latinos, não ocupou as ruas, tendo antes se concentrado no Encuentro Feminista Virtual "Mujeres y Disidencias trabajando y luchando", uma série de debates organizada por dezenas de organizações feministas.

Começando no dia 15 de março, caminhoneiros entraram em greve e bloquearam o acesso a diversas estradas do país, em protesto contra a alta do preço dos combustíveis e dos pedágios. Nos dias subsequentes, veículos de imprensa relataram transtornos, como desabastecimento em mercados e dificuldade para o transporte de cilindros de oxigênio. O protesto terminou no dia 20, quando o Ministério de Transporte e Comunicações e os manifestantes firmaram um acordo que contemplou boa parte das demandas do setor, embora sem garantias efetivas.

Em Lima, a pauta ambiental foi alvo de disputas. Primeiramente, com tuitaços contra a derrubada de árvores na Avenida Universitária, aos quais se somaram vigília pela defesa das árvores e plantão por justiça pelas árvores derrubadas. No distrito de Lurín, ambientalistas protestaram contra a aprovação de nova zonificação para o local, que pode pôr em risco o vale agrícola.

Apesar do pagamento de auxílios financeiros, a covid-19 e as restrições sanitárias para tentar conter a disseminação do coronavírus agudizaram a pobreza no Peru. Com isso, as ollas comunes continuam sendo a única opção de sobrevivência para muitas famílias.



Sob o cerco do capital: a República Dominicana no primeiro trimestre

Hellen Oliveira¹

No primeiro trimestre de 2021, a República Dominicana apresentou um cenário cada vez mais tenso no que diz respeito aos conflitos vistos em 2020 - a questão migratória, as disputas entre sociedade civil e Estado, e o tratamento da conjuntura pandêmica por parte do governo federal frente às demandas dos movimentos sociais. Entre denúncias de racismo institucionalizado e pouco foco no combate ao novo coronavírus, o governo de Luis Abinader (PRM) colocou novos acordos políticos com a União Europeia e políticas de controle migratório da fronteira haitiana no centro dos debates regionais.

No que diz respeito aos números oficiais da pandemia da covid-19, logo no início do ano, o país apresentava (em comparação com a última quinzena de 2020) tendência de queda tanto no número de casos (-11%), quanto em número de mortes (-71,4%). Já no mês de fevereiro, foram registrados aumentos em ambos quesitos: entre o dia 6 e 12 foram mais 7.338 casos e 144 mortes, com este acréscimo, apesar da tendência de queda no primeiro quesito, o país apresentou tendência de alta no segundo (+10,8%). A campanha de vacinação teve início no dia 16 deste mesmo mês, com doses da farmacêutica AstraZeneca adquiridas da Índia. Os números mais recentes, referentes à penúltima semana de março, apresentam diminuição na tendência quinzenal em casos (-15,9%) e em mortes (-42,9%). Até o presente momento, 800 mil doses foram aplicadas — cerca de 7,45 doses para cada cem pessoas.

O governo federal dominicano anunciou a compra de 21 milhões de doses de AstraZeneca, Pfizer e Sinovac Biotech. Não obstante, movimentos sociais denunciam que o combate à pandemia não tem sido prioridade para a gestão de Abinader. Segundo o Movimento Socialista de Trabalhadores e Trabalhadoras da República Dominicana (MST-RD), o orçamento dedicado à área da saúde ainda não corresponde às expectativas, sendo apenas metade do que representam as isenções fiscais anuais para empresas que atuam nas zonas francas. Denunciam, ainda, que a testagem tem sido baixa e muitos casos de infecção pela covid-19 não são registrados. Outro ponto crítico é a falta de políticas de isolamento para além do toque de recolher, que ocorre majoritariamente em zonas periféricas das cidades dominicanas. Além disso, o movimento acrescenta aos descontentamentos o fato do governo federal ter excluído mais de 500 mil imigrantes da campanha nacional de vacinação, esta questão está intimamente ligada aos últimos pronunciamentos de Luis Abinader sobre a situação da fronteira do país com o Haiti.

As tensões na região da fronteira haitiana aumentaram no primeiro semestre de 2021, com direito a medidas de controle de circulação. Na segunda semana de janeiro, o presidente dominicano assinou uma série de acordos com o presidente haitiano Jovenel Moïse (PHTK) em matéria de cooperação no avanço de pautas comuns, tais como o controle do fluxo migratório irregular, as facilitações de comércio e o combate ao novo coronavírus. Abinader assinalou o interesse em financiar hospitais de campanha na área da fronteira haitiana. Tal medida, se encarada criticamente, pode parecer um tanto esvaziada, primeiramente pela exclusão dos migrantes no processo de vacinação dominicano, segundo por conta da política que foi apresentada no fim do mesmo mês, que impossibilitaria a utilização do hospital por haitianos caso estes sejam construídos no território dominicano da Ilha Hispaniola.

¹ Cientista Política pela Unirio, Mestra e doutoranda em Sociologia pelo IESP-UERJ, pesquisadora pelo NETSAL e CASA, editora da CESP. Bolsista CAPES. hellenoliveiracp@gmail.com

No dia 27 de fevereiro, foi divulgado o plano do governo dominicano de construir uma cerca de 376 km na fronteira entre os dois países da ilha. A justificativa de Abinader é que tal projeto corrobora com o plano de políticas de combate à migração irregular e ao tráfico de drogas. O controle de circulação seria feito pelas forças militares. O início da construção está previsto para o segundo semestre de 2021. Segundo o comunicado, a cerca contaria com uma série de sensores de movimento e tecnologias de reconhecimento facial. Movimentos sociais enxergam a medida como trujillista, e acusam seu cunho racista e xenofóbico. O MST-RD divulgou o editorial *Muro fronterizo, muro de la vergüenza* (“Muro fronteiroço, muro da vergonha”), no qual afirma que a política aprofunda a criminalização da população migrante, além de ser um dispêndio de verba pública que poderia ser utilizada na contenção da pandemia, suprimindo as necessidades básicas deste momento crítico.

A proposta de construção da cerca, como coloca o MST-RD, faz parte de um conjunto de políticas que perpetuam o racismo institucional. Em lembrança ao Dia Internacional para a Eliminação da Discriminação Racial, o movimento em questão lançou um editorial denunciando administrações dominicanas que se baseiam em políticas racistas ao longo dos anos. Denunciam o investimento de mais de US\$ 200 milhões no projeto para a construção do muro, que pode aprofundar a criminalização de indivíduos migrantes e agravar a situação de ações discriminatórias contra haitianos e dominicanos de ascendência haitiana. Dentre os problemas salientados, também se encontra a violência policial, que compreende os 1.917 assassinatos cometidos por forças de segurança estatal entre 2004 e 2021, dentre os quais 236 casos não tiveram investigação concluída.

A questão ambiental também suscitou debates durante o primeiro semestre de 2021, desde que o governo afirmou estar avaliando um pedido de exploração de minas da operadora de mineração *Falconbridge Dominicana (Falcondo)*. A empresa visa atuar no território de Loma Miranda, localizado na cordilheira central dominicana, em uma planta de 4,6 km de área. Grupos de ambientalistas se opuseram veementemente ao projeto, argumentando que explorar a região coloca em risco uma luta que é travada há mais de sete anos por profissionais e moradores da região. Chamam atenção, ainda, para a ausência de consulta pública com residentes locais sobre tal proposta.

Em 2014, foi feita uma campanha para a criação do Parque Nacional de Loma Miranda, que tinha por objetivo garantir a preservação do ecossistema local e da qualidade de vida de seus moradores. A moção foi aprovada pelo Congresso, no entanto, foi vetada pelo então presidente Danilo Medina (PLD). Por enquanto, o território ainda faz parte da área de concessão da Falcondo, o que previne sua exploração e a necessidade de uma autorização dos órgãos competentes. O Ministro do Meio Ambiente, Orlando Jorge Mera afirma que o pedido não foi acatado, e está sob avaliação de impacto ambiental.

No 8 de março, movimentos feministas de trabalhadoras dominicanas convocaram a luta nacional e internacional contra políticas sexistas, xenofobas, racistas e classistas do atual governo que não as representa. A palavra de ordem foi “por um 8M combativo”, que se preocupe com a interseccionalidade e demandas plurais feministas, que entrecruzam classe, raça e gênero. Em vídeo divulgado sob título de “*Organicemos la rebeldía: por un 8 de marzo combativo*”, a pauta abordada foi o empobrecimento e a exposição de mulheres durante a pandemia, não contempladas pelas políticas de contenção do coronavírus e sobrecarregadas com os trabalhos de cuidado e domésticos não remunerados. Soma-se a demanda a campanha pelo aborto legal e seguro, visto que na República Dominicana o interrompimento da gestação é ilegal e punido de acordo com o código penal, em qualquer circunstância. Diante deste cenário afirmam: “*seguimos en pie de lucha por nuestra dignidad*”.

Uruguai no primeiro trimestre: a chegada das vacinas e as mobilizações sociais

Maria Eduarda Tavares¹

No início da pandemia, o Uruguai foi considerado uma referência a ser seguida no combate à covid-19, porém, desde o final do ano passado até o primeiro trimestre de 2021, o país passa por uma alta nos números de casos, com recordes de mais de mil contágios em um dia. De acordo com o Ministério da Saúde, no início de janeiro de 2021, a taxa de infecção confirmada aumentou de 9,49% para 13,66%. Enquanto países vizinhos como o Chile e a Argentina começavam a vacinar a sua população, o governo de Lacalle Pou, que completou seu primeiro ano de mandato no dia 1 de março de 2021, recebia duras críticas pela forma como vinha enfrentando a pandemia, sobretudo pela demora nas compras das vacinas e na implementação de um programa de vacinação.

Apesar de ser o último país da região a receber vacinas contra o coronavírus, o primeiro lote, 192 mil doses da farmacêutica Sinovac, chegou ao Uruguai no dia 25 de fevereiro. O plano de imunização cobria a princípio professores, policiais, bombeiros e militares e teve início no dia 1º de março. O primeiro lote teve um reforço com 1,5 milhão de doses a partir de 15 de março, que fazem parte do segundo lote de vacinas compradas pelo governo federal. Ademais, cerca de 460 mil doses da vacina americana Pfizer estão previstas para chegar entre os dias 8 de março e 26 de abril, segundo o presidente do país. A estimativa é de que cerca de 30 mil pessoas sejam vacinadas diariamente. Apesar do atraso na compra das vacinas, desde o dia 16 de março, o país também passou a imunizar pessoas de 50 a 70 anos. Além disso, a vacinação dos adultos a partir dos 18 anos acontecerá entre os dias 29 de março e 2 de abril. Apesar do avanço das vacinações no país, o Uruguai vai adotar uma série de novas medidas de restrição até pelo menos dia 12 de abril para conter a aceleração no aumento de casos da covid-19. Essas restrições devem-se, em parte, à circulação da variante brasileira detectada na segunda-feira, dia 22 de fevereiro, em sete estados do país. Paralelo a uma bem-sucedida campanha de vacinação, o Uruguai está no pior momento da pandemia. Desde 13 de março do ano passado até o dia 16 de março de 2021 foram 118 mil casos, dos quais 1.101 faleceram e 89.035 foram recuperados.

Junto a isso, os trabalhadores e as trabalhadoras continuaram a se mobilizar contra a implementação da Lei de Urgente Consideração (LUC), que em janeiro de 2020 foi apresentada pelo governo uruguaio como eixo programático e político da gestão de Lacalle Pou, dando tons neoliberais a sua administração. Nas primeiras semanas de janeiro, várias mesas para recebimento de assinaturas e distribuição de votos em oposição à lei começaram a ser vistas nas cidades do país. As propostas de revogação da LUC através de referendo serão os principais elementos de mobilização social durante 2021. No dia 14 de janeiro, foi convocada uma assembleia aberta com o intuito de organizar uma campanha de referendo contra a LUC. Também devido à implementação da LUC, um passo atrás foi dado nos avanços da educação pública do país com a dissolução dos Conselhos de Formação no Ensino Fundamental (CEIP), do Ensino Médio (CES) e da Educação Profissional Técnica (CETP). Esses espaços, que cumprem um papel histórico no direcionamento coletivo da educação no Uruguai, foram reduzidos significativamente, o que afetará na participação coletiva e na democratização das tomadas de decisões, além de interferir na autonomia, organização e representação docente do país.

Ademais, como vimos nos últimos meses, além dos aumentos de casos da covid-19, houve também um aumento nos casos de feminicídio no país. No dia 25 de janeiro, foi realizado o primeiro alerta feminista de 2021. Em meio à pandemia, as mulheres uruguaianas vêm exigindo e denunciando

¹ Doutoranda e mestra em sociologia no IESP-UERJ, pesquisadora do NETSAL. E-mail: mariaeftavares@gmail.com.

o feminicídio que aumentou significativamente ao longo dos últimos meses no país. Em 15 de fevereiro, um novo alerta feminista anunciou “emergência nacional”: foram registrados 4 feminicídios em 40 dias. As mulheres organizadas publicaram o seguinte trecho da proclamação da Coordenação de Feminismos do Uruguai: “Continuamos alerta porque o feminicídio é apenas uma parte de uma cadeia de violência. [...] Permaneceremos em alerta até que estejamos livres. Nem mais uma morte! Diante da violência sexista, ação feminista!”. Ainda no dia 20 de fevereiro, um novo alerta feminista denunciou o assassinato de 5 mulheres. Em resposta aos atos violentos, foi convocada uma manifestação no dia 23 de fevereiro, na Praça da Liberdade, em Montevidéu. Nesse mesmo dia, mais um alerta feminista foi dado: já chegava a 6 o número de mulheres assassinadas por violência de gênero em 2021.

Em meio a esse turbulento momento pelo qual o país vem passando, no dia 8 de março, coletivos feministas convocaram manifestações descentralizadas com o objetivo de evitar aglomerações. As mulheres e demais coletivos e movimentos sociais denunciaram o aprofundamento da precarização da vida e o aumento da violência de gênero no país. No confinamento, aquelas que viviam com parceiros ou familiares violentos estavam mais expostas às distintas formas de opressão, o que refletiu no aumento de visitas aos serviços de atendimento. Segundo dados do Instituto Nacional da Mulher, o número total de consultas telefônicas e presenciais aos serviços em todo o país aumentou 25% em 2020 em relação ao ano anterior, neste mesmo ano, a cada nove dias houve um registro de feminicídio no país. Com o aumento dos casos de violência contra as mulheres, os coletivos teceram novas estratégias de resistência e prepararam alternativas criativas de mobilização. Além disso, nas manifestações do dia 8 de março, as mulheres buscaram evidenciar a predominante presença feminina na contenção da desigualdade durante a pandemia. Em Montevidéu, por exemplo, houve um aumento de 60 mil para 100 mil mulheres presentes nas ollas populares.

O trimestre também foi marcado por um agravamento da crise econômica no país, e os trabalhadores e as trabalhadoras têm sentido esses efeitos cada vez mais. A fim de solucionar essa situação, a central sindical uruguaia, Plenária Intersindical dos Trabalhadores - Convenção Intersindical dos Trabalhadores (PIT-CNT), solicitou que o governo federal conceda uma renda básica emergencial às pessoas cuja situação trabalhista foi a mais afetada pela pandemia da covid-19. Ainda segundo dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), o desemprego no Uruguai ficou em 10,7% em janeiro, um aumento de dois décimos em relação a dezembro. O que corresponde a 192 mil desempregados, 9,9% em Montevidéu e 11,2% no resto do país, 12,6% entre as mulheres e 9% entre os homens.

Junto a esse cenário crescente de desigualdade, as ollas populares seguem funcionando incessantemente desde o início da pandemia: alimentando cerca de 20 mil pessoas por dia em todo o país, segundo fontes da coordenação. O excelente desempenho das ollas populares levantou a curiosidade de membros da Universidade da República (Udelar), que publicaram em dezembro de 2020 o seguinte relatório: “Ollas y merenderos populares en Uruguay: Tramas para sostener la vida frente a la Pandemia”, que conta com informações referentes aos meses de março a outubro de 2020. Entre os dados apurados, os pesquisadores afirmam que existiram mais de 700 pontos de ollas populares, os quais: aproximadamente 60% estavam no interior do país e 80% foram iniciativas sustentadas por vizinhos, famílias, comércios locais e clubes esportivos de bairro. O apoio estatal apareceu muito pouco: apenas 40% receberam algum tipo de suporte estadual, que foram somente os departamentos de Salto, Colônia, Rocha e Canelones.

Venezuela: as medidas de isolamento não freiam a pressão das ruas

Jefferson Nascimento¹

A pandemia da covid-19 vem agravando a crise humanitária existente na Venezuela. Até o dia 26 de março, o país já havia reportado 154.905 casos de infecção e 1.543 mortos, números que podem ser ainda maiores tendo em vista a falta de transparência do governo. O processo de vacinação começou no dia 13 de fevereiro com a chegada de 100 mil doses da Sputnik V, mas é ainda um dos mais lentos se comparado aos dos demais países da América Latina.

Com o aumento da taxa de mortalidade nas últimas semanas, devido principalmente à proliferação da variante brasileira do coronavírus, algumas medidas de isolamento social foram intensificadas. No dia 21 de março, o governo decretou 14 dias de “quarentena radical”. Até então, a estratégia de combate se dava por um esquema denominado “7 por 7”, que consiste em sete dias seguidos de distanciamento social rigoroso e sete dias de relaxamento.

Mesmo diante de tais medidas necessárias para conter o avanço da pandemia, o cenário bastante adverso provocou a eclosão de diversos protestos ao longo do primeiro trimestre de 2021, deflagrados, dentre outros motivos, pela deterioração das condições socioeconômicas. O salário mínimo, por exemplo, equivale a menos de US\$4, sendo que, segundo cálculo feito pelo *Centro de Documentación y Análisis para los Trabajadores* (CENDA), em janeiro, uma família deveria receber US\$225,69 mensais para cobrir as necessidades básicas de subsistência familiar.

Como forma de amenizar a insegurança alimentar, o governo vem investindo nos Comitês Locais de Abastecimento e Produção (CLAPs), programa de distribuição de alimentos às populações vulneráveis, e no programa Alimentação Escolar. As sanções econômicas e financeiras impostas pelos Estados Unidos e pela União Europeia nos últimos anos afetaram fortemente esses programas sociais, já que anteriormente quase 80% dos alimentos distribuídos eram importados. No entanto, o presidente Maduro anunciou no dia 12 de março que, pela primeira vez, o país havia conseguido produzir 100% dos alimentos da cesta básica oferecidos pelos CLAPs.

As comunas, grupos comunitários institucionalizados que participam da formulação e da implementação de políticas públicas em seus territórios, também exercem um papel relevante no contexto da pandemia, com destaque para a disseminação de informações sobre as medidas de combate à covid-19, a manutenção de farmácias populares, a estocagem de água em locais marcados pela escassez, dentre outras iniciativas. Reconhecendo a importância dessas iniciativas, o presidente enviou ao parlamento, no início de fevereiro, dois projetos de lei formulados pelos próprios representantes comunitários que preveem a criação de “cidades comunais” e de um “parlamento comunal”, o que, se aprovado, expandirá o grau de atuação desses grupos.

Não obstante, tais medidas têm sido insuficientes para conter a insatisfação popular em relação às precárias condições de vida a que os venezuelanos estão submetidos. Com isso, uma série de mobilizações sociais ocorreram neste primeiro trimestre de 2021. Os profissionais de saúde certamente são uma das categorias profissionais mais afetadas nesse momento. Em 10 de fevereiro, funcionários de hospitais de Caracas, acompanhados por ONGs e sindicatos, marcharam nas ruas da capital em direção à Defensoria do Povo, onde deixaram um documento intitulado *Ruta por la Paz* (Rota pela paz, em português), no qual cobravam das autoridades 10 ações que beneficiariam os trabalhadores e o sistema de saúde. Nas semanas seguintes, houve protestos de profissionais de saúde

¹ Doutorando e mestre em Ciência Política pelo IESP-UERJ. Bolsista da CAPES e membro do NETSAL e do OPSA. E-mail de contato: jeffersonlnascimento@iesp.uerj.br.

de diferentes regiões do país: no município de Sarare, no estado de Lara; na península de Paraguaná; em Barcelona, no estado Anzoátegui; e na área metropolitana de Caracas.

Outras categorias profissionais também se mobilizaram. No campo, produtores agrícolas do município de Andrés Eloy Blanco, no estado de Lara, marcharam até a sede da prefeitura no dia 12 de fevereiro, protestando contra a falta de combustível. Apesar de ser um grande produtor de petróleo para exportação, a Venezuela importa grande parte dos derivados de petróleo que consome. Na indústria, os funcionários da Siderúrgica do Orinoco (Sidor) paralisaram as poucas áreas ativas, exigindo salários dignos. Um trabalhador da empresa revelou que, na primeira quinzena de fevereiro, o seu vencimento teria sido em torno de apenas US\$9. Devido à paralisação, quatro manifestantes tiveram o pagamento de seus salários suspensos.

Já no setor da educação, professores e funcionários das universidades protestaram. No dia 15 de janeiro, dia dos professores na Venezuela, docentes convocaram manifestações em sete estados reivindicando melhores condições de salário e de trabalho. Os funcionários das universidades, por sua vez, se concentraram na sede do Ministério da Educação, em Caracas, no dia 19 de março, para entregar um documento ao ministro César Trómpiz, no qual criticam a decisão governamental de migrar os pagamentos para uma plataforma estatal, impedindo que os trabalhadores recebessem em suas contas pessoais. A iniciativa do governo estaria provocando atrasos no pagamento e os manifestantes acusam o governo de querer ampliar o seu controle ao centralizar informações pessoais dos servidores públicos no seu sistema de dados.

A falta de acesso a saneamento básico também foi uma pauta das mobilizações ocorridas no trimestre. Uma delas aconteceu no bairro de La Vega, em Caracas, onde os moradores pegaram baldes vazios e colocaram nas ruas, impedindo a passagem de motoristas, como forma de chamar a atenção da mídia e das autoridades para a escassez de água no local, que já ocorria há mais de um mês. Um dos líderes do ato, o dirigente social Jairo Pérez, foi detido e solto no mesmo dia.

Houve prisão também nos protestos feministas do Dia Internacional da Mulher. O jornalista Luis López, do diário La Verdad de Vargas, cobria as manifestações, quando os policiais começaram a dispersar a multidão. Ao filmar o que ocorria, os policiais deram ordem para que López apagasse o material, mas o jornalista se recusou a fazê-lo. O Sindicato Nacional de Trabalhadores de Imprensa (SNTPI) denunciou que, para liberá-lo da prisão, López foi obrigado a assinar um documento no qual exime a Guarda Nacional Bolivariana de qualquer responsabilidade.

Além das passeatas do 8 de março, ocorreram mobilizações feministas nos dias 25 e 27 de fevereiro. A primeira ocorreu no município de Turén, no estado da Portuguesa, e a segunda em Caracas. Ambas rechaçavam o assassinato de três mulheres em menos de 48 horas no estado da Portuguesa. Utilizando o slogan *#NiUnaMenos*, as manifestantes buscaram chamar a atenção das autoridades e da sociedade civil para o fato de que “há uma pandemia de feminicídios em curso no país”. Segundo *Centro de Justicia y Paz* acontece um feminicídio a cada 38 horas no país.

A partir desses dados, observamos que as adversidades enfrentadas pela população venezuelana são muitas e, em meio às dificuldades de atender às demandas das ruas, a repressão tem sido um dos poucos métodos usados pelo Estado venezuelano para conter a pressão da sociedade civil. Somente em fevereiro, foram registrados 38 novas violações da liberdade de expressão, havendo detenção de líderes e membros de ONGs e de ativistas contrários ao governo, além de intimidação a jornalistas e a manifestantes.

Observatório de Movimentos Sociais da América Latina

COMUNICA AMÉRICA LATINA IV

janeiro - março/2021

